



CONTRATO DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS ABREVIADAS

CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

Versão 1.0 | 2024

© 2024 UNOPS - Todos os direitos reservados

O proprietário dos direitos autorais deste trabalho modificado é o UNOPS.

O proprietário dos direitos autorais deste trabalho modificado é a UNOPS.

Este contrato foi produzido pela UNOPS utilizando elementos do Contrato de Construção, 2ª Edição (Red Book) de 2017 e 1ª Edição (Red Book) de 1999 publicados pela Federação Internacional de Engenheiros - Conselheiros (FIDIC). Este contrato é produzido sob licença da FIDIC e com a permissão da FIDIC, sendo exclusivo para uso conforme fornecido sob o contrato de licença. Consequentemente, nenhuma parte deste contrato pode ser copiada, reproduzida, traduzida, adaptada, armazenada em sistema de recuperação ou comunicada, de qualquer forma ou por qualquer meio, seja mecânico, eletrônico, magnético, fotocópia, gravação ou de outra forma, exceto de acordo com os termos da licença e com permissão prévia por escrito

Para solicitar tal permissão, favor entrar em contato:

UNOPS Infrastructure and Project Management Group (IPMG)
Copenhague, Dinamarca: ipmg.publications@unops.org

Este contrato não é endossado pela FIDIC. A FIDIC não é responsável pela exatidão, integridade, adequação ou não desta publicação ou por suas traduções.

Sobre o uso: As Condições Gerais do Contrato não devem ser alteradas. Se alguma das Condições Gerais exigir emendas, isto deve ser feito separadamente sob as Condições Particulares do Contrato com a aprovação da Grupo de Assuntos Jurídicos do UNOPS.

Para garantir que esta seja a versão mais recente do contrato, consulte a versão disponível on-line em www.unops.org e na intranet interna do UNOPS.

ÍNDICE

1 DISPOSIÇÕES GERAIS	6
1.1 Definições	6
1.2 Interpretação	16
1.3 Avisos e outras Comunicações	17
1.4 Idioma	18
1.5 Prioridade dos Documentos	18
1.6 Conformidade com as Leis	18
1.7 Cessão ou Novação	19
1.8 Desenhos ou instruções em atraso	19
1.9 Confidencialidade	19
1.10 Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante e do Contratado	20
1.11 Responsabilidade Solidária	22
1.12 Acordo Integral e Alteração	22
1.13 Publicidade e uso do nome ou logo do Contratante e das Nações Unidas	22
1.14 Privilégios e Imunidades	22
1.15 Tributos e obrigações	23
1.16 Dados Pessoais	23
2 O Contratante	24
2.1 Direito de Acesso ao Local	24
2.2 Assistência	24
2.3 Materiais Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos do Contratante e Instalações do Contratante	24
2.4 Instruções do Contratante	24
3 REPRESENTANTE DO CONTRATANTE	25
3.1 Representante do Contratante	25
3.2 Assistentes do Representante do Contratante	25
3.3 Instruções e Aprovações	25
4 O Contratado	26
4.1 Obrigações Gerais do Contratado	26
4.2 Garantia de Execução	27
4.3 Representante do Contratado	27
4.4 Subcontratação	28
4.5 Pessoal do Contratado	29
4.6 Não pagamento pelo Contratado	30
4.7 Equipamentos do Contratado	30
4.8 Delimitações	30
4.9 Saúde, Segurança e Gestão Social e ambiental	31
4.10 Sistema de Gestão da Qualidade	33
4.11 Teste pelo Contratado	33
4.12 Condições do Local	34
4.13 Direitos de Passagem e Instalações	35
4.14 Segurança do Local	35
4.15 Munições não detonadas	35
4.16 Detonação	35
4.17 Royalties	36
4.18 Minas	36
4.19 Práticas Ilegais de Beneficiamento e Corrupção	36

4.20 Conduta Desordenada	36
4.21 Abastecimento de Água	37
4.22 Bebidas Alcoólicas ou Drogas	37
4.23 Armas, Munições e Explosivos	37
4.24 Festivais e Costumes Religiosos	37
4.25 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho	37
4.26 Trabalho Infantil	38
4.27 Assédio Sexual, Exploração e Abuso	38
5 PROJETO PELO CONTRATADO	39
5.1 Obrigações de Projeto do Contratado	39
6 INÍCIO, ATRASOS E SUSPENSÃO	40
6.1 Início das Obras	40
6.2 Prazo de Execução	40
6.3 Programa	40
6.4 Prazo de extensão	40
6.5 Indenização por Atraso	41
6.6 Suspensão pelo Contratante	41
6.7 Consequência da Suspensão do Contratante	42
7 ACEITAÇÃO PELO CONTRATANTE	43
7.1 Recepção das Obras ou da Seção	43
7.2 Certificado de Recepção Provisória	43
8 RESPONSABILIDADE POR DEFEITOS	44
8.1 Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos	44
8.2 Testes Adicionais após a Correção de Defeitos	44
8.3 Certificado de Conclusão Final	45
8.4 Obrigações Não Cumpridas	45
8.5 Liberação de Local	45
9 VARIAÇÕES E AJUSTES	46
9.1 Direito de Variação	46
9.2 Avaliação das Variações	47
9.3 Somas Provisórias	47
9.4 Trabalho Diário	47
9.5 Ajustes para mudanças nas Leis	47
9.6 Ajustes para Mudanças no Custo	47
10 PREÇO DO CONTRATO E PAGAMENTO	48
10.1 Preço do Contrato e Avaliação das Obras	48
10.2 Pagamento Antecipado	48
10.3 Declarações do Contratado	49
10.4 Certificado de Pagamento Provisório	50
10.5 Liberação de Retenção de Dinheiro	51
10.6 Declaração na Recepção	51
10.7 Declaração Final	52
10.8 Quitação	52
10.9 Certificado de Pagamento Final	52
10.10 Moeda de pagamento	52
10.11 Pagamento Atrasado	52
10.12 Compensação	52
10.13 Auditoria e Investigações	53
10.14 Avaliação de Desempenho do Contratado	53
11 RESCISÃO PELO CONTRATANTE	54
11.1 Notificação para Correção	54

11.2 Rescisão por Incumprimento do Contratado	54
11.3 Avaliação e Pagamento após a Rescisão	55
11.4 Rescisão por Conveniência do Contratante	56
11.5 Avaliação e Pagamento após a Rescisão por Conveniência do Contratante	56
12 SUSPENSÃO E RESCISÃO PELO CONTRATADO	57
12.1 Suspensão	57
12.2 Rescisão pelo Contratado	57
12.3 Pagamento após rescisão pelo Contratado	57
13 RISCOS E RESPONSABILIDADES	58
13.1 Cuidados do Contratado com as Obras	58
13.2 Riscos do Contratante	58
13.3 Consequência dos Riscos do Contratante	59
13.4 Responsabilidades e Indenizações	59
14 FORÇA MAIOR	60
14.1 Força Maior	60
14.2 Aviso de Força Maior	60
14.3 Dever de Minimizar o Atraso	61
14.4 Consequências de Força Maior	61
14.5 Rescisão Opcional e Pagamento	62
14.6 Obrigação do Contratado após a Rescisão	62
15 SEGURO	63
15.1 Extensão da cobertura	63
15.2 Disposições	63
15.3 Falha na Cobertura	65
16 REIVINDICAÇÃO DO CONTRATADO	66
16.1 Notificação de reivindicação	66
17 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS	67
17.1 Direito de Litisconsórcio	67
17.2 Resolução amigável	67
17.3 Arbitragem	68
17.4 Resolução de Disputas para Não Atrasar a Execução das Obras	69
17.5 Sobrevivência	69

LISTA DE ABREVIATURAS:

MDQ	Mapa de Quantidades (Bill of Quantities - BOQ)
PND	Período de Notificação de Defeitos (Defects Notification Period - DNP)
EDP	Extensão do Prazo (Extension of Time - EOT)
OIT	Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization - ILO)
CPI	Certificado de Pagamento Interino (Interim Payment Certificate - IPC)
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual (Intellectual Property Rights - IPR)
JV	Joint Venture
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade (Quality Management System - QMS)
IVA	Imposto sobre o valor agregado (Value Added Tax - VAT)

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Definições

No Contrato, as seguintes palavras e expressões terão os significados indicados abaixo:

“Garantia de Pagamento Antecipado” significa a garantia (ou garantias) a ser(em) fornecida(s) nos termos da Subcláusula 10.2 [*Pagamento Antecipado*].

“Afiliado” significa:

- (a) empresa matriz/mãe do Contratado;
- (b) qualquer empresa controlada por uma sociedade gestora matriz;
- (c) qualquer empresa que controle o Contratado; ou
- (d) qualquer empresa controlada pelo Contratado.

Para os fins desta definição, controle significa que uma parte possui, direta ou indiretamente, o poder de ordenar ou dar ordens e direcionamento de administração e das políticas da outra parte, seja por meio de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma, sendo que os termos controles e controlado devem ser interpretados de tal forma.

“Autor” significa qualquer pessoa, incluindo um funcionário relevante do Contratado ou de um Subcontratado ou outra pessoa contribuinte, que é autor de quaisquer Documentos do Contratado, que são atribuídos ou licenciados ao Contratante nos termos do Contrato.

“Autoridade” significa todo governo local, regional, territorial, zona franca, municipal, ministério, departamento governamental, comissão, conselho, gabinete, agência, instrumentalidade, órgão executivo, judicial ou administrativo, reconhecido pelas Nações Unidas e com jurisdição sobre as Obras e/ou o Contratado, bem como seus Afiliados.

“Data Base” significa a data vinte e um (21) dias antes da última data para apresentação da Proposta.

“Mapa de Quantidades” ou “MDQ” significa o documento estabelecido no Anexo 4.1.A [*Mapa de Quantidades*].

“Reivindicação” significa um pedido ou afirmação por uma Parte à outra Parte para um direito ou alívio sob qualquer cláusula destas Condições ou de outra forma em conexão com, ou decorrente do Contrato ou da execução das Obras.

“Data de Início” significa a data indicada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], se não declarada, vinte e um (21) dias corridos após a Data de Vigência do Contrato.

“Condições do Contrato” ou “estas Condições” significam estas Condições Gerais conforme modificadas pelas Condições Particulares.

“Contrato” significa o Acordo Contratual juntamente com estas Condições Gerais, as Condições Particulares (se houver) e todos os Anexos e documentos (se houver), conforme listados como parte integrante do Contrato no Acordo Contratual.

“Data efetiva de Vigência do Contrato” significa a data da última assinatura pelas Partes e na qual o Contrato entra em vigor, conforme declarado no Acordo Contratual.

“Valor do Contrato” significa o preço para a execução das Obras definido em Subcláusula 10.1 [*Preço do Contrato e Avaliação das Obras*] e conforme identificado no Anexo 1.2 [*Detalhes Fornecidos pelo Contratado*] incluindo quaisquer ajustes ao preço feitos de acordo com o Contrato.

“Contratado” significa a entidade nomeada como "Contratado" no Acordo Contratual, que é empregada pelo Contratante para executar as Obras, e sucessores legais e cessionários autorizados de tal empresa.

“Direitos de Propriedade Intelectual Prévios do Contratado” ou “DPI Prévios do Contratado” significa DPI de propriedade do Contratado ou licenciados ao Contratado que existem antes da Data de Vigência do Contrato e são utilizados pelo Contratado na execução das Obras ou de outra forma disponibilizados ao Contratante nos termos deste Contrato ou em conexão com ele.

“Documentos do Contratado” significa todos os documentos preparados pelo Contratado nos termos do Contrato para fins de execução das Obras, incluindo aqueles especificados na Especificação, cálculos, arquivos digitais, programas de computador e outros softwares, desenhos, manuais, modelos, especificações e outros documentos de natureza técnica.

“Equipamento do Contratado” significa todos os equipamentos, máquinas, materiais de construção, veículos e outros itens necessários ao Contratado para a execução e conclusão das Obras e correção de quaisquer defeitos. O Equipamento do Contratado exclui as Obras Temporárias, a Planta, os Materiais e quaisquer outras coisas destinadas a formar ou que façam parte das Obras Permanentes, bem como o Equipamento do Contratante (se houver).

“Pessoal do Contratado” significa o Representante do Contratado e todo o pessoal que o Contratado utiliza no Local, ou em outros locais onde as Obras estão sendo realizadas, o que pode incluir a equipe, mão-de-obra, agentes e outros funcionários do Contratado e de cada Subcontratado e qualquer outro pessoal que auxilie o Contratado na execução das Obras.

“Representante do Contratado” significa a pessoa identificada como tal no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou nomeada ocasionalmente pelo Contratado nos termos da Subcláusula 4.3 [*Representante do Contratado*], que atua em nome do Contratado.

“Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas” significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946, que define e especifica inúmeras questões relativas ao status das Nações Unidas, seus bens e seus funcionários, em termos dos privilégios e imunidades que devem ser concedidos a eles por seus Estados Membros.

“Convenção sobre os Direitos da Criança” significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, que define os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a que todas as crianças têm direito.

“Obras Protegidas por Direitos Autorais” significa quaisquer obras protegidas por direitos autorais que fazem parte dos Documentos do Contratado ou qualquer outra documentação que o Contratado seja obrigado a fornecer ao Contratante ou ao Representante do Contratante nos termos do Contrato.

“**Custo**” significa todos os gastos diretos e razoáveis necessariamente incorridos em conexão com os Serviços do Contratado, mas não inclui gastos gerais não específicos do Projeto, lucro ou perda de lucro.

“**País**” significa o país em que o Local (ou a maior parte dele) está localizado, onde as Obras Permanentes serão executadas.

“**Data de Conclusão**” significa a data indicada no Certificado de Recepção emitido pelo Representante do Contratante como a data em que as Obras ou a Seção estão concluídas de acordo com o Contrato, exceto por qualquer trabalho pendente menor e/ou defeitos que não afetam substancialmente o uso seguro das Obras ou da Seção para o seu fim previsto.

“**Dia**” significa um dia corrido, a menos que seja previsto de outra forma.

“**Horário de Trabalho Diurno**” significa o documento incluído no Anexo 4.1.B [*Programa de Trabalho Diário*] (se houver), mostrando os montantes e a forma de pagamento a serem feitos ao Contratado pela mão-de-obra, materiais e equipamentos usados para o trabalho diário, nos termos da Subcláusula 9.4 [*Trabalho Diário*].

“**Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**” refere-se à Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 18 de junho de 1998.

“**Período de Notificação de Defeitos**” ou “**PND**” significa o prazo para notificação de defeitos nas Obras ou em uma Seção ou Parte (conforme o caso) nos termos da Subcláusula 8.1 [*Conclusão das Obras Pendentes e Correção de Defeitos*], conforme declarado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] conforme pode ser prorrogado nos termos do Contrato. Este prazo é calculado a partir da Data de Conclusão das Obras ou Seção ou Parte.

“**Danos por Atraso**” significa os danos pelos quais o Contratado é responsável nos termos da Subcláusula 6.5 [*Indenização por Atraso*] pelo não cumprimento da Subcláusula 6.2 [*Prazo de execução*] e qualquer EDP aprovada.

“**Disputa**” significa qualquer tema em que:

- (a) uma Parte faz uma reivindicação contra a outra Parte (que pode ser uma Reivindicação, conforme definido nestas Condições, ou uma questão a ser acordada ou determinada pelo Representante do Contratante sob estas Condições, ou de outra forma);
- (b) a outra Parte (ou o Representante do Contratante) rejeita a reivindicação no todo ou em parte; e
- (c) a questão é encaminhada para resolução de disputas de acordo com a Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].

“**Desenhos**” significa os desenhos das Obras incluídos no Anexo 3.3 [*Desenhos*] e quaisquer desenhos adicionais ou modificados emitidos pelo (ou em nome do) Contratante de acordo com o Contrato.

“**Oito Convenções Fundamentais da OIT**” referem-se às convenções internacionais adotadas pela OIT que são: a Convenção sobre a Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Organização, de 9 de julho de 1948, a Convenção sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, de 1 de julho de 1949, a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 30 de junho de 1930 e seu Protocolo de 11 de junho de

2014, a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 25 de junho de 1957, a Convenção sobre Idade Mínima, de 26 de junho de 1973, a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 17 de junho de 1999, a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração, de 29 de junho de 1951 (No. 100), e a Convenção sobre Discriminação (Emprego e Ocupação) de 25 de junho de 1958.

“**Contratante**” significa a Parte nomeada como “Contratante” no Acordo Contratual, e os sucessores legais no título e/ou os cessionários ou novatos de tal entidade.

“**Documentos do Contratante**” significam documentos, desenhos e esboços, mapas, planos, fotografias, especificações, cálculos, relatórios, software de computador, bancos de dados, manuais, documentos *as-built*, modelos, trabalhos tridimensionais relativos à geografia ou topografia ou outros trabalhos de design técnico, documentos técnicos e quaisquer outros itens pertencentes ou licenciados ao Contratante e fornecidos ao Contratado por ou em nome do Contratante de acordo com o Contrato.

“**Equipamento do Contratante**” significa o aparelho, equipamento, máquinas, planta de construção e/ou veículos (se houver) a serem disponibilizados pelo Contratante para uso do Contratado na execução das Obras nos termos da Subcláusula 2.3 [*Materiais Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos do Contratante e Instalações do Contratante*], mas não inclui a Planta que não foi assumida pelo Contratante de acordo com a Cláusula 7 [*Aceitação pelo Contratante*].

“**Instalações do Contratante**” significa as instalações, como edifícios, utilitários e instalações a serem disponibilizadas pelo Contratante para uso pelo Contratado nos termos da Subcláusula 2.3 [*Materiais Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos do Contratante e Instalações do Contratante*], mas não inclui as instalações que não foram assumidas de acordo com a Cláusula 7 [*Aceitação pelo Contratante*].

“**Pessoal do Contratante**” significa o Representante do Contratante e os Assistentes do Representante do Contratante referidos na Subcláusula 3.1 [*Representante do Contratante*] e na Subcláusula 3.2 [*Assistentes do Representante do Contratante*] bem como todos os respectivos funcionários, mão-de-obra e outros funcionários do Contratante; e qualquer outro pessoal notificado ao Contratado, pelo Contratante ou pelo Representante do Contratante, como Pessoal do Contratante.

“**Representante do Contratante**” significa a pessoa identificada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou de outra forma notificada pelo Contratante ao Contratado, que atua em nome do Contratante dentro da delegação de autoridade declarada no Anexo 3.8 [*Delegações do Contratante*].

“**Assistente do Representante do Contratante**” significa a(s) pessoa(s) designada(s) para auxiliar o Representante do Contratante, de acordo com a Subcláusula 3.2 [*Assistente do Representante do Contratante*], conforme notificado ao Contratado pelo Contratante ou pelo Representante do Contratante.

“**Materiais Fornecidos pelo Contratante**” refere-se os materiais (se houver) a serem fornecidos pelo Contratante ao Contratado nos termos da Subcláusula 2.3 [*Materiais Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos do Contratante e Instalações do Contratante*].

“**Extensão do Prazo**” ou “**EDP**” significa uma prorrogação do Prazo para Conclusão das Obras ou de uma Seção (conforme aplicável) nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prazo de extensão*].

“**Certificado de Conclusão Final**” significa o certificado emitido pelo Contratante nos termos da Subcláusula 8.3 [*Certificado de Conclusão Final*].

“Certificado de Pagamento Final refere-se ao certificado de pagamento nos termos da Subcláusula 10.9 [*Certificado de Pagamento Final*].

“Declaração Final” significa a Declaração definida na Subcláusula 10.7 [*Declaração Final*].

“Força Maior” significa um evento ou circunstância excepcional que ocorre após a Data de Vigência do Contrato:

- (a) que está além do controle da Parte;
- (b) que é Imprevisível e/ou a qual a Parte não poderia razoavelmente ter se prevenido antes da Data de Vigência do Contrato;
- (c) que, após surgir, a Parte não poderia razoavelmente ter evitado ou superado; e
- (d) que não seja substancialmente atribuível à outra Parte.

“Assembleia Geral” significa o principal órgão deliberativo, de formulação de políticas e representação das Nações Unidas.

“Condições Gerais” significa este documento intitulado “Contrato de Construção para Obras Abreviadas: Condições Gerais do Contrato”.

“Bens” significa Equipamentos, Materiais, Instalações e Obras Temporárias do Contratado, ou qualquer um deles, conforme apropriado.

“Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança” significa um Aviso a ser emitido de acordo com a Subcláusula 4.9 [*Saúde, Segurança e Gestão Social e ambiental*].

“Plano de Gestão de Saúde e Segurança” significa o Plano de Gestão de Saúde e Segurança do Contratado (conforme possa ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) que é apresentado de acordo com a Subcláusula 4.9 [*Saúde, Segurança e Gestão Social e ambiental*].

“Melhores Práticas da Indústria” significa as práticas que são geralmente envolvidas ou observadas pelas indústrias internacionais de construção com relação a obras de tamanho, tipo, natureza, escopo e complexidade semelhantes às Obras e que, com relação a qualquer objetivo, pode ser esperado, no exercício de julgamento razoável, que atinja esse objetivo de maneira consistente com as Leis aplicáveis, confiabilidade, segurança, proteção ambiental, economia e conveniência.

“Instrumento de Contrato” significa o documento intitulado “Contrato de Construção de Obras Abreviadas: Instrumento de Contrato” assinado pelas Partes e que faz parte do Contrato.

“Direitos de Propriedade Intelectual” ou “DPI” significa todos os DPI conferidos por lei ou equidade e subsistentes em qualquer lugar do mundo, incluindo:

- (a) (i) direitos autorais e direitos conexos; (ii) invenções (incluindo patentes, patentes de inovação e modelos de utilidade); (iii) informações confidenciais, segredos comerciais, dados técnicos e know-how, sejam ou não confidenciais e em qualquer forma detidas, incluindo fórmulas, especificações de projeto, desenhos, dados, manuais e instruções; (iv) projetos; (v) marcas registradas, nome comercial, marcas de serviço e nomes de domínio; (vi) projetos de layout de circuito, direitos de topografia de semicondutores e direitos em bancos de dados, sejam ou não registrados, registráveis ou patenteáveis; (vii) fundo de comércio, direitos de sucessão; e/ou (viii) direitos de propriedade e quaisquer outros DPI, em cada caso, registrados ou não registrados;

(b) Direitos morais e quaisquer direitos similares resultantes da atividade intelectual nos campos industrial, comercial, científico, literário ou artístico que subsistam agora ou no futuro;

(c) quaisquer pedidos e o direito de solicitar o registro de qualquer um dos itens acima; e

(d) qualquer informação ou aconselhamento que esteja sujeito a privilégio profissional legal.

“Certificado de Pagamento Provisório” ou “CPP” significa um certificado de pagamento emitido de acordo com a Subcláusula 10.4 [*Certificado de Pagamento Provisório*], exceto o Certificado de Pagamento Final e o certificado de pagamento para pagamento antecipado.

“Joint Venture” ou “JV” significa uma joint venture, associação, consórcio ou outro agrupamento não incorporado de duas (2) ou mais pessoas ou entidades, seja na forma de uma parceria ou de outra forma.

“Pessoal-Chave” significa o Pessoal do Contratado listado no Anexo 4.4 [*Pessoal Chave*] na capacidade e função nele identificadas ou suas substituições.

“Defeito Latente” significa qualquer defeito nas Obras atribuível a:

(a) o projeto e/ou construção das Obras pelas quais o Contratado é responsável;

(b) Planta, Materiais ou mão de obra que não estejam em conformidade com o Contrato; ou

(c) falha do Contratado em cumprir qualquer outra obrigação nos termos do Contrato;

que um exame razoável pelo Contratante antes do vencimento do último PND não teria divulgado, e tal defeito resulta na impossibilidade de as Obras ou parte das Obras serem usadas para os fins a que se destinam pelo Contratante, causa o colapso total ou parcial das Obras e/ou ameaça a estabilidade ou segurança das Obras.

“Período de Defeito Latente” significa o período conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], a partir da data indicada no Certificado de Conclusão Final.

“Leis” significa:

(a) toda a legislação, incluindo decretos, resoluções, atos, estatutos, portarias, regras, regulamentos, diretivas e outras ordens, tratados, estatutos, códigos de prática e outras legislações subordinadas do País;

(b) os requisitos, regras e regulamentos de qualquer Autoridade, incluindo legislação e regulamentos que abrangem o registro e licenciamento do Contratado necessários para a boa execução das Obras de acordo com o Contrato; e

(c) as diretrizes do País e de todas as Autoridades relevantes, com as quais o Contratado é legalmente obrigada a cumprir.

“Lei Aplicável ao Contrato” significa a lei referida na Subcláusula 17.3 (j) [*Arbitragem*].

“Materiais” significa coisas de todos os tipos (exceto Instalação), seja no Local ou de outra forma alocadas ao Contrato e destinadas a formar ou fazer parte das Obras

Permanentes, incluindo os materiais apenas de fornecimento (se houver) para ser fornecidos pelo Contratado nos termos do Contrato.

“**Estado-Membro**” significa um governo de um país que é membro das Nações Unidas.

“**Mês**” é um mês do calendário (de acordo com o calendário gregoriano).

“**Direitos Morais**” significa qualquer um dos direitos descritos no Artigo 6bis da Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas de 1886 (conforme alterado e revisado de tempos em tempos), sendo “*droit moral*” ou outros direitos análogos decorrentes de qualquer lei, que existam ou que possam vir a existir, em qualquer lugar do mundo.

“**Sem objeção**” significa que o Contratante ou o Representante do Contratante não tem objeções às submissões do Contratado nos termos do Contrato.

“**Subcontratada Nomeada**” significa uma Subcontratada nomeada como tal no Anexo 3.6 [*Subcontratados designados*] ou a quem o Contratante instrui o Contratado a empregar como subcontratada para executar certas partes das Obras, conforme especificado no Contrato.

“**Notificação**” significa uma comunicação por escrito identificada como uma Notificação e emitida de acordo com a Subcláusula 1.3 [*Avisos e outras comunicações*].

“**Notificação de Reivindicação**” significa uma Notificação a ser emitida de acordo com a Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*].

“**Aviso para Corrigir**” significa um Aviso a ser emitido sob e de acordo com a Subcláusula 11.1 [*Notificação para Correção*].

“**Parte**” significa uma parte das Obras ou parte de uma Seção (conforme o caso) que é usada pelo Contratante e considerada como tendo sido assumida nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Recepção Provisória*].

“**Condições Particulares**” significa o documento intitulado “Contrato de Construção para Obras Abreviadas: Condições Particulares do Contrato” incluído no Contrato, se houver.

“**Partes**” significa o Contratante e o Contratado.

“**Parte**” significa o Contratante e o Contratado, conforme o contexto exigir.

“**Garantia de Execução**” significa a garantia (ou valores mobiliários) nos termos da Subcláusula 4.2 [*Garantia de Execução*].

“**Obras Permanentes**” significa as obras de natureza permanente que devem ser executadas pelo Contratado nos termos do Contrato e a reparação de quaisquer defeitos nelas.

“**Instalação**” significa o aparelho, equipamento, maquinaria e veículos (incluindo quaisquer componentes) no Local ou de outra forma alocados no Contrato e destinados a formar ou fazer parte das Obras Permanentes.

“**Programa**” significa um programa de tempo totalmente detalhado, preparado e apresentado pelo Contratado, e qualquer revisão desse Programa, ao qual o Representante do Contratante tenha dado (ou seja, considerado como tendo dado) um Aviso de Não Objeção nos termos da Subcláusula 6.3 [*Programa*].

“Materiais Proibidos” significa materiais, bens ou substâncias que:

- (a) representam um perigo para a saúde ou segurança de qualquer pessoa que possa entrar em contato com as Obras (seja durante sua construção ou após sua conclusão);
- (b) por si só ou como resultado de seu uso em uma situação particular ou em combinação com outros materiais, teriam ou é provável que tenham o efeito de reduzir a expectativa de vida normal de quaisquer outros materiais ou estrutura nos quais os Materiais estão incorporados ou aos quais estão afixados;
- (c) sejam ou se tornem geralmente conhecidos dentro das indústrias internacionais ou nacionais de construção ou engenharia por serem prejudiciais (seja para a saúde e segurança ou para a durabilidade das Obras);
- (d) infrinjam qualquer código de prática padrão relevante (ou similar) emitido de tempos em tempos por qualquer Autoridade relevante; ou
- (e) não estejam em conformidade com o Anexo 3.2 [*Especificações*] ou outro plano ou especificação para as Obras.

“Projeto” significa o projeto descrito no Anexo 2.1 [*Detalhes do Projeto*].

“Práticas proscritas” significa:

- (a) "prática de corrupção" é a oferta, doação, recebimento ou solicitação, direta ou indireta, de qualquer bem de valor para influenciar indevidamente as ações da outra parte;
- (b) "prática fraudulenta" é qualquer ato ou omissão, inclusive uma distorção, que consciente ou deliberadamente induza ou tente induzir, uma parte a obter um benefício financeiro ou outro benefício ou para evitar uma obrigação;
- (c) prática coercitiva: ato ou omissão que prejudique ou prejudique, ou ameace prejudicar ou prejudicar, direta ou indiretamente, qualquer parte ou a propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (d) prática colusiva: um acordo entre duas (2) ou mais partes, projetado para atingir um propósito impróprio, incluindo influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- (e) prática antiética: conduta ou comportamento contrário ao conflito de interesses, presentes e hospitalidade, disposições pós-emprego ou outros requisitos publicados de fazer negócios com o Contratante; e/ou
- (f) obstrução: atos ou omissões do Contratado que impeçam ou impeçam o Contratante de investigar instâncias de possíveis Práticas Proibidas.

"Soma Provisória" significa uma soma (se houver) que é especificada no Contrato pelo Contratante como uma soma provisória, para a execução de qualquer parte das Obras ou para o fornecimento de Instalações, Materiais ou serviços nos termos dos Sub-Clausula 9.3 [*Somas Provisórias*].

“Sistema de Gestão da Qualidade” ou “SGQ” significa o SGQ do Contratado (conforme possa ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) de acordo com a Subcláusula 4.10 [*Sistema de Gestão da Qualidade*].

“Dinheiro de Retenção” significa o dinheiro de retenção acumulado que o Contratante retém nos termos da Subcláusula 10.3 [*Declaração do Contratado*] e paga nos termos da Subcláusula 10.5 [*Liberção de Retenção de Dinheiro*].

"Revisão" significa a consideração do auxílio de exame pelo Engenheiro da apresentação de um Contrato, a fim de avaliar se (e em que medida) está em conformidade com o Contrato e/ou com as obrigações do Contratado sob ou em conexão com o Contrato.

"Anexos" significa o documento intitulado "Contrato de Construção para Obras Abreviadas: Anexos" preparado pelo Contratante e preenchido pelo Contratado e/ou Contratante (conforme apropriado), conforme incluído no Contrato. Tais Anexos podem incluir dados, listas e cronogramas de pagamentos, taxas e preços, detalhes do contrato, requisitos e formas de títulos.

"Seção" significa uma parte das Obras (se houver) especificada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].

"Representantes Seniores" significa o pessoal das Partes identificado como representantes seniores e notificado por escrito pelas Partes em caso de processo de resolução de disputas de acordo com a Subcláusula 17.2 [*Resolução Amigável*].

"Local" significa os locais onde as Obras Temporárias e Obras Permanentes devem ser executadas e para os quais a Planta e os Materiais devem ser entregues e armazenados conforme mostrado no Anexo 2.2 [*Planta do Local*], e quaisquer locais onde as atividades associadas às Obras são realizadas, ou quaisquer outros locais especificados no Contrato como parte do Local.

"Condições do Local" significa quaisquer condições relacionadas ao Local, incluindo:

- (a) a forma e a natureza do Local, incluindo condições de superfície do solo, geologia e condições de subsuperfície e todas as outras condições e características físicas sobre, acima ou abaixo da superfície, que afetarão o desempenho pelo Contratado de suas obrigações nos termos deste Contrato;
- (b) as condições gerais e locais do ambiente, meteorológicas, sísmicas, hidrológicas, hidrográficas, climáticas, oceânicas e subaquáticas;
- (c) a extensão e a natureza do trabalho e dos Bens necessários para a execução das Obras e a reparação de quaisquer defeitos;
- (d) as Leis, procedimentos e práticas trabalhistas do País; e
- (e) a disponibilidade e qualidade de acesso permanente e temporário, acomodação, instalações, pessoal, mão de obra, energia, transporte, água, descarte de resíduos, armazenamento de Materiais e todos os outros serviços e utilidades necessários para a execução das Obras de acordo com o Contrato.

"Plano de Gestão de Saúde, Segurança e Gestão Social e ambiental" significa o Plano de Gestão de Saúde, Segurança e ambiental do Contratado (conforme possa ser atualizado e/ou revisado de tempos em tempos) que é apresentado de acordo com a Subcláusula 4.9 [*Saúde, Segurança e Gestão Social e ambiental*].

"Especificação" significa os requisitos ou documentos listados no Anexo 3.2 [*Especificações*] e quaisquer adições e modificações feitas à Especificação pelo Contratante de acordo com o Contrato.

"Declaração" significa uma declaração apresentada pelo Contratado como parte de um pedido de pagamento nos termos da Subcláusula 10.3 [*Declarações do Contratado*], Subcláusula 10.6 [*Declaração na Recepção*] ou Subcláusula 10.7 [*Declaração Final*].

“Declaração na Aquisição” significa uma declaração apresentada pelo Contratado nos termos da Subcláusula 10.6 [*Declaração na Recepção*].

“Subcontratada” significa qualquer pessoa ou entidade nomeada no Contrato como subcontratada, ou qualquer pessoa ou entidade nomeada pelo Contratado e consentida pelo Contratante nos termos da Subcláusula 4.4 [*Subcontratação*] como Subcontratada ou projetista ou fornecedor de Materiais, Planta e/ou mão de obra para uma parte das Obras, e os sucessores legais em título de cada uma dessas pessoas ou entidades.

“Certificado de Aquisição” significa um certificado emitido pelo Representante do Contratante de acordo com a Subcláusula 7.2 [*Certificado de Recepção Provisória*].

Obras Temporárias significa todas as obras temporárias de todo tipo (exceto Equipamento do Contratado) necessárias no Local para a execução e conclusão das Obras Permanentes e a correção de Defeitos.

“Proposta” significa a proposta do Contratado para as Obras e com base na qual as Partes celebram este Contrato.

“Prazo para Conclusão” significa o prazo para concluir as Obras ou uma Seção (conforme o caso) nos termos da Subcláusula 6.2 [*Prazo de execução*], conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou conforme prorrogado na Subcláusula 6.4 [*Prazo de Extensão*], calculado a partir da Data de Início.

“Imprevisível” significa não razoavelmente previsível até a Data Base, por um contratado experiente e competente agindo de acordo com as Melhores Práticas do Setor.

“Variação” significa qualquer alteração nas Obras, que é instruída como uma variação nos termos da Subcláusula 9.1 [*Direito de Variação*].

1.1.26 “Aviso de Variação” significa uma comunicação por escrito identificada como um Aviso de Variação e emitido de acordo com as disposições da Cláusula 1.3 [*Avisos e outras Comunicações*].

“Obras” significa as Obras Permanentes e as Obras Temporárias, ou qualquer uma delas, conforme apropriado.

“Ano” significa um ano civil.

1.2 Interpretação

- (a) No Contrato, exceto quando o contexto exigir o contrário:
- (i) palavras que indicam um (1) gênero incluem todos os gêneros;
 - (ii) palavras indicando o singular também incluem o plural e palavras indicando o plural também incluem o singular;
 - (iii) referências à palavra "incluindo" (ou "inclui") significa incluindo, mas não limitantes;
 - (iv) quando uma expressão é definida, outra parte da fala ou forma gramatical dessa expressão tem o significado correspondente;
 - (v) as referências a um número de dias ou a um período de tempo a contar de uma determinada data são calculadas com exclusão dessa data;
 - (vi) "consentimento" significa que o Contratante, o Contratado ou o Engenheiro (conforme o caso) concorda ou dá permissão para o assunto solicitado;
 - (vii) "pode" significa que a Parte ou a pessoa referida tem a opção de agir ou não no assunto referido;
 - (viii) "deverá" significa que a Parte ou pessoa referida tem a obrigação, nos termos do Contrato, de cumprir a função referida;
 - (ix) as palavras que indicam pessoas ou partes devem ser interpretadas como referindo-se a pessoas singulares e coletivas (incluindo sociedades e entidades jurídicas), exceto quando o contexto exigir o contrário;
 - (x) "executar as Obras", "executando as Obras" ou "execução das Obras" significa, entre outros, a construção e conclusão das Obras e a correção de quaisquer defeitos (e será considerado como incluindo o projeto na medida, se houver, especificada no Contrato);
 - (xi) as disposições que incluem a palavra "acordar", "acordado" ou "acordo" exigem que o acordo seja registrado por escrito;
 - (xii) "escrito" ou "por escrito" significa escrito à mão, datilografado, impresso ou feito eletronicamente e resultando em um registro permanente; e
 - (xiii) uma referência a quaisquer Leis, legislação ou disposição legislativa inclui qualquer modificação estatutária ou re-promulgação de, ou disposições legislativas substituídas por, e qualquer legislação subordinada emitida sob essa legislação ou disposição legislativa.
- (b) Em qualquer lista destas Condições, onde o penúltimo item da lista é seguido por "e", "ou" ou "e/ou", então, todos os itens da lista anteriores a este item também devem ser lidos como se fossem seguidos de "e", "ou" ou "e/ou" (conforme o caso).
- (c) As palavras marginais e outros títulos não devem ser levados em consideração na interpretação destas Condições Gerais.

- (d) Todas as datas e períodos serão determinados de acordo com o calendário gregoriano.
- (e) Quando forem feitas referências no Contrato a códigos e padrões industriais ou técnicos de acordo com os quais as Obras serão executadas, aplica-se a edição ou a versão revisada de tais códigos e padrões atuais na Data Base, a menos que especificado de outra forma.

1.3 Avisos e outras Comunicações

- (a) Onde quer que estas Condições prevejam a entrega ou emissão de um Aviso, um Aviso de Alteração ou outra forma de comunicação, incluindo, sem limitação, aprovações, consentimentos, Não-objeções, instruções e decisões, então tal Aviso, Aviso de Alteração ou comunicação será:
 - (i) por escrito;
 - (ii) identificado como tal com referência à Cláusula ou Subcláusula sob a qual é emitido;
 - (iii) marcado ao conhecimento do representante relevante das Partes, conforme estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*; e
 - entregue no endereço estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*; ou
 - enviado ou transmitido como um documento, assinado, digitalizado e anexado em um e-mail para o endereço de e-mail estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]* ou transmitido por qualquer forma de sistema acordado de transmissão eletrônica indicado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*.
- (b) Se uma Parte tiver notificado por escrito uma mudança de endereço ou endereço de e-mail, a comunicação será posteriormente entregue no endereço de e-mail alterado ou no endereço alterado em conformidade.
- (c) Os avisos e outras formas de comunicação entrarão em vigor a partir do momento em que forem recebidos, a menos que um horário posterior seja especificado neles.
- (d) As notificações e outras formas de comunicação são consideradas recebidas:
 - (i) no caso de uma entrega, quando entregue no endereço relevante (contra recibo por escrito); e
 - (ii) no caso de um documento anexado a um e-mail, após o recebimento do e-mail na caixa de entrada do endereço do destinatário, desde que nenhuma notificação de não entrega tenha sido recebida pelo remetente.
- (e) Para evitar dúvidas, qualquer Notificação ou outra forma de comunicação não será considerada como tendo sido dada ou feita nos termos do Contrato se for um e-mail, exceto como um documento anexo de acordo com a Subcláusula 1.3 (a) (iii) ou na forma de ata de reunião.
- (f) Os avisos e outras formas de comunicação não devem ser retidos ou atrasados injustificadamente.

1.4 Idioma

- (a) O idioma para comunicações será o inglês, o idioma destas Condições, que é o idioma dominante do Contrato.
- (b) A menos que especificado de outra forma nas Condições Particulares, os Documentos do Contratado devem ser escritos em inglês.

1.5 Prioridade dos Documentos

- (a) Os documentos que constituem o Contrato devem ser tomados como mutuamente explicativos um do outro e devem ser lidos como um todo. Havendo algum conflito, ambiguidade ou discrepância, a prioridade dos documentos deve estar de acordo com a seguinte sequência:
 - (i) o Acordo Contratual;
 - (ii) o Anexo 1 [*Detalhes do contrato*];
 - (iii) as Condições Particulares (se houver);
 - (iv) estas Condições Gerais;
 - (v) a Especificação;
 - (vi) os Desenhos;
 - (vii) o Mapa de Quantidades (conforme aplicável);
 - (viii) os demais Anexos; e
 - (ix) quaisquer outros documentos que façam parte do Contrato.
- (b) Se o Contratado encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos documentos que constituem o Contrato, o Contratado deverá notificar imediatamente o Representante do Contratante, descrevendo a ambiguidade, conflito ou discrepância. Depois de receber tal Notificação, ou se a próprio Contratante encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos ou entre os documentos, o Representante do Contratante emitirá os esclarecimentos ou instruções necessárias.

1.6 Conformidade com as Leis

- (a) O Contratado compromete-se a, ao executar as Obras e cumprir todas as suas obrigações nos termos do Contrato, cumprir todas as Leis aplicáveis e que os Documentos do Contratado e as Obras concluídas cumpram todas as Leis e/ou na medida exigida pelo Contrato.
- (b) O Contratado deverá obter e cumprir todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações relevantes necessárias para realizar as Obras de acordo com o Contrato.
- (c) O Contratado deverá, a seu custo, em todos os momentos durante a execução das Obras, garantir que qualquer Pessoal do Contratado que execute qualquer parte das Obras seja registrado e licenciado conforme exigido por quaisquer Leis aplicáveis e qualquer Autoridade para executar as Obras.

- (d) O Contratado deverá dar todas as notificações, pagar todos os impostos, direitos e taxas, conforme exigido pelas Leis em relação à execução das Obras.
- (e) No desempenho das suas obrigações nos termos do Contrato, o Contratado reconhece que as leis e regulamentos aduaneiros e de importação do País se aplicam ao fornecimento e remessas de quaisquer produtos e componentes deles para o País. o Contratado reconhece especificamente que as mencionadas Leis e regulamentos de importação e alfândega do País proíbem, entre outras coisas, a importação de certos produtos e componentes para o País.
- (f) Para evitar qualquer dúvida, embora o Contratado forneça as Obras de acordo com quaisquer Leis aplicáveis, a Lei Aplicável ao Contrato será a lei declarada na Subcláusula 17.3 (j) [Arbitragem].

1.7 Cessão ou Novação

- (a) O Contratado reconhece e concorda que o Contratante pode, a seu exclusivo critério, novar, ceder, transferir e/ou cobrar o benefício do Contrato e/ou qualquer um dos seus direitos e responsabilidades presentes ou futuros, interesses e/ou benefícios nos termos deste instrumento a terceiros mediante Notificação o Contratado.
- (b) O Contratado reconhece e concorda que, se exigido pelo Contratante, tomará todas as medidas adicionais necessárias para dar efeito à novação ou cessões, transferência ou cobrança na Subcláusula 1.7 (a), incluindo a execução de uma novação ou um ou mais contrato(s) de cessão.
- (c) O Contratado não terá direito, sem o consentimento prévio por escrito do Contratante, de novar ou ceder a qualquer terceiro o seu interesse nos termos do Contrato ou qualquer direito ou benefício decorrente do Contrato.

1.8 Desenhos ou instruções em atraso

- (a) O Contratado deverá notificar o Representante do Contratante sempre que as Obras possam ser atrasadas ou interrompidas se qualquer Desenho ou instrução necessária não for emitido para o Contratado dentro de um determinado prazo, o que será razoável.
- (b) O Aviso deverá incluir detalhes do Desenho ou instrução necessária, detalhes sobre por que e até quando ela deve ser emitida e detalhes sobre a natureza e a extensão do atraso ou da interrupção provável que ocorrerá se os Desenhos ou instruções forem atrasados ou entregues tarde.

1.9 Confidencialidade

- (a) Informações e dados que qualquer uma das partes considera ser de sua propriedade exclusiva ou que são entregues ou divulgados por uma parte (o “divulgador”) à outra parte (o “destinatário”) durante a execução do Contrato, e aos classificados como confidenciais (as “informações”), serão mantidas confidencialmente por essa parte e serão tratadas de acordo com esta Subcláusula 1.9.
- (b) O destinatário:

i. para evitar a divulgação, publicação ou divulgação das informações do divulgador, você agirá com o mesmo cuidado e discrição com que age em relação às suas próprias informações semelhantes que não deseja divulgar, publicar ou disseminar; e

ii. usará as informações do divulgador apenas para o propósito para o qual foram divulgadas.

(c) Desde que o destinatário tenha um acordo por escrito com as seguintes pessoas ou entidades exigindo que tratem as informações confidenciais de acordo com o Contrato e esta Subcláusula 1.9, o destinatário poderá divulgar as informações para:

i. qualquer outra parte, autorização prévia por escrito do divulgador; e

ii. os funcionários, diretores, representantes e agentes do destinatário que tenham necessidade de conhecer tais informações para fins de cumprimento das obrigações estipuladas no Contrato, e os funcionários, diretores, representantes e agentes de qualquer pessoa jurídica que ele controle, o controle ou com quem está sob controle comum, que tenham necessidade de conhecer essas informações para fins de cumprimento das obrigações estipuladas no Contrato, desde que, para esses efeitos, por pessoa jurídica controlada se entenda:

- pessoa jurídica na qual a parte possua ou controle, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto; qualquer
- qualquer entidade sobre a qual a parte exerça controle de gestão efetivo; qualquer
- para o Empregador, órgão principal ou subsidiário das Nações Unidas estabelecido de acordo com a Carta das Nações Unidas.

iii. Qualquer informação, incluindo aquela fornecida por ou em nome do Contratante à Contratada, constitui propriedade e arquivos das Nações Unidas, na acepção da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, Série de Tratados das Nações Unidas (1946) e o Artigo II dessa Convenção, incluindo as seções 2, 3 e 4, as informações são aplicáveis a todas essas informações.

(d) A Contratada poderá divulgar informações na medida exigida por lei, desde que, sujeito e sem renúncia aos privilégios e imunidades das Nações Unidas, a Contratada notifique com antecedência suficiente a Contratante de uma solicitação de divulgação de informações. que o Contratante tenha uma oportunidade razoável de tomar medidas de proteção ou quaisquer outras medidas que possam ser apropriadas antes de tal divulgação ser feita.

(e) O Contratante poderá divulgar informações na medida exigida pela Carta das Nações Unidas ou de acordo com resoluções ou regulamentos da Assembleia Geral ou regulamentos promulgados nos termos da mesma. dela.

(f) O destinatário não deve ser impedido de divulgar informações que:

i. obter de terceiros sem restrições;

- ii. divulgar o divulgador a terceiros sem obrigação de confidencialidade;
 - iii. é previamente conhecido pelo destinatário a qualquer momento é desenvolvido pelo destinatário de forma totalmente independente de qualquer divulgação sob estas condições.
- (g) As Partes podem ter o direito de divulgar os termos e condições do Contrato e quaisquer documentos e outras informações adquiridas através ou nos termos do Contrato, sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte, se tal divulgação for feita de boa fé:
- i. a qualquer seguradora, nos termos de uma apólice de seguro derivada do Contrato;
 - ii. a um Subcontratado, em apoio ao cumprimento das obrigações da Parte correspondente estabelecidas no Contrato;
 - iii. a consultores ou assessores externos participando em nome da Parte Divulgadora e agindo de acordo com essas funções em relação às Obras (incluindo consultores de seguros, fiscais e jurídicos).
- (h) Estas obrigações e restrições de confidencialidade serão aplicáveis durante a vigência do Contrato, incluindo qualquer extensão do Contrato, e, salvo disposição em contrário no Contrato, permanecerão em vigor após qualquer rescisão do Contrato.

1.10 Direitos de Propriedade Intelectual do Contratante e do Contratado

- (a) Todos os Documentos do Contratante permanecerão propriedade do Contratante e serão devolvidos o Contratante antes da emissão do Certificado de Conclusão Final. o Contratado concorda que não adquirirá quaisquer direitos nos Documentos do Contratante, quer ao abrigo deste Contrato ou de outra forma, e não utilizará ou divulgará os Documentos do Contratante, exceto para o único e exclusivo propósito do cumprimento das suas obrigações ao abrigo ou em conexão com este Contrato.

- (b) O Contratado cede o Contratante absolutamente todos os direitos, títulos e interesses do Contratado, incluindo todos os DPI, nos Documentos do Contratado e qualquer outra documentação que o Contratado crie e seja obrigada a fornecer o Contratante ou ao Representante do Contratante nos termos do Contrato, mediante a apresentação dos Documentos do Contratado ao Representante do Contratante.
- (c) O Contratado concorda em fazer tudo o que for necessário ou solicitado pelo Contratante para permitir que o Contratante seja proprietária dos DPI nos Documentos do Contratado, incluindo a cessão formal desses direitos ou ajudar o Contratante ou o seu nomeado a obter o registo desses direitos em seu próprio nome.
- (d) o Contratado concorda em fazer tudo o que for necessário ou solicitado pelo Contratante para permitir que o Contratante utilize os Documentos do Contratado e os DPI nos Documentos do Contratado, incluindo, concessão ou aquisição em nome do Contratante, uma licença perpétua, irrestrita, não exclusiva, irrevogável, transferível e isenta de royalties para o Contratante utilizar todos os DPI nos Documentos do Contratado, em termos aceitáveis para o Contratante, de todas as outras partes contribuintes no cumprimento das obrigações do Contratado nos termos deste Contrato com direitos, título e interesse em quaisquer documentos ou outros Trabalhos de Direitos Autorais que formem os Documentos do Contratado.
- (e) O Contratado garante que o uso dos Documentos do Contratado pelo Contratante em conexão com o Projeto e as Obras ou de outra forma não infringirá quaisquer direitos, incluindo os DPI, de terceiros.
- (f) O Contratado deverá obter a cessão de todos os direitos, títulos e interesses em quaisquer documentos e outras Obras de Direitos Autorais criadas por Subcontratada ou outras partes contribuintes no cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato dessas pessoas para o Contratante.
- (g) o Contratado concede o Contratante uma licença perpétua, não exclusiva, licença intransferível, isenta de royalties e irrevogável para usar, reproduzir, modificar e adaptar os Direitos de Propriedade Intelectual Antecedentes do Contratado para os fins do Contrato.
- (h) Em caso de rescisão do Contrato, o Contratante tem o direito de receber a licença para utilizar para efeitos de conclusão das Obras e/ou providenciar para que quaisquer outras entidades o façam ou recebam os DPI pelos quais o Contratado recebeu o pagamento.
- (i) o Contratado deverá obter, a seu próprio custo e risco, de cada Autor, um acordo expresso de que o Autor não aplicará quaisquer Direitos Morais que o Autor possa ter atualmente ou no futuro nos Documentos do Contratado, inclusive executando quaisquer consentimentos ou renúncias aos Direitos Morais exigidos pelo Contratante.
- (j) Esta Subcláusula 1.10 sobreviverá à rescisão do Contrato.

1.11 Responsabilidade Solidária

- (a) Se o Contratado for uma JV:
 - (i) os membros da JV serão considerados solidariamente responsáveis perante o Contratante pelas Obras e pelo cumprimento de todas as obrigações do Contratado nos termos do Contrato ou falha em relação às mesmas. As ações de um (1) desses membros serão consideradas totalmente vinculativas para os outros;
 - (ii) o Contratado não deve alterar a sua composição ou estatuto legal sem o consentimento prévio por escrito do Contratante.

1.12 Acordo Integral e Alteração

- (a) O Contrato constitui o acordo integral entre o Contratante e o Contratado com relação ao objeto do Contrato e substitui todos os acordos, representações, comunicações, negociações, acordos e contratos anteriores (escritos ou orais) celebrados entre as Partes com relação ao objeto do Contrato antes da Data de Vigência do Contrato.
- (b) O Contrato ou aspectos do Contrato não serão alterados, exceto por escrito, assinado por um representante devidamente autorizado de cada uma das Partes.

1.13 Publicidade e uso do nome ou logo do Contratante e das Nações Unidas

- (a) O Contratado não deverá:
 - (i) anunciar ou de outra forma tornar público para fins de vantagem comercial ou boa vontade que tem uma relação contratual com o Contratante ou as Nações Unidas; ou
 - (ii) de qualquer maneira fazer uso do nome, logo ou selo oficial do Contratante ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome do Contratante ou das Nações Unidas em conexão com seus negócios ou de outra forma sem a permissão por escrito do Contratante.
- (b) O Contratado pode usar material e informações relativas às Obras para fins de licitação com o consentimento prévio por escrito do Contratante.
- (c) A obrigação sob esta Subcláusula 1.13 sobreviverá à conclusão, expiração ou rescisão do Contrato.

1.14 Privilégios e Imunidades

- (a) Nada no Contrato ou relacionado a ele será considerado uma renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários, dos quais o Contratante é parte integrante, que são expressamente reservados.

1.15 Tributos e obrigações

- (a) O Artigo II, Seção 7, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas estabelece, entre outros, que as Nações Unidas, incluindo o Contratante como órgão subsidiário, estão isentas de todos os tributos diretos, exceto os encargos por serviços de utilidade pública, e estão isentas de restrições alfandegárias, direitos e encargos de natureza semelhante em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. No caso de qualquer Autoridade governamental se recusar a reconhecer as isenções do Contratante de tais tributos, restrições, direitos ou encargos, o Contratado deverá consultar imediatamente o Contratante para determinar um procedimento mutuamente aceitável.
- (b) O Contratado autoriza o Contratante a deduzir do pagamento do Contratado qualquer montante que represente esses tributos, direitos ou encargos, a menos que o Contratado tenha consultado o Contratante antes do seu pagamento e o Contratante tenha, em cada caso, especificamente autorizado o Contratado a pagar esses tributos, direitos ou encargos sob protesto escrito. Nesse caso, o Contratado fornecerá o Contratante provas escritas de que o pagamento de tais tributos, direitos ou encargos foi feito e devidamente autorizado, e o Contratante poderá reembolsar o Contratado por quaisquer tributos, direitos ou encargos assim autorizados pelo Contratante e pagos pelo Contratado sob protesto por escrito.

1.16 Dados Pessoais

(a) A Contratada tomará todas as medidas apropriadas para salvaguardar todas as informações relativas a uma pessoa física identificada ou identificável, incluindo qualquer informação cuja divulgação possa prejudicar essa pessoa física identificada ou identificável que:

i. foi obtido pela Contratada do Contratante em conexão com a execução do Contrato; qualquer

ii. caso contrário, foi gerenciado pela Contratada em nome da Contratante, em relação à execução do Contrato (“Dados Pessoais da Contratante”).

(b) Sem prejuízo da generalidade da Subcláusula 1.16 a) acima, e salvo disposição mais específica no Contrato, a Contratada deverá, no mínimo:

i. para os fins do Contrato e sujeito ao disposto nesta Subcláusula 1.16 c), tratar os Dados Pessoais do Contratante como informações no âmbito do descrito na Subcláusula 1.9 [Confidencialidade de documentos e informações]; supra;

ii. processar os Dados Pessoais do Cliente de forma adequada, relevante e limitada ao necessário para a execução do Contrato, e garantir que os Dados Pessoais do Cliente não sejam conservados por mais tempo do que o necessário para a prestação dos serviços previstos no Contrato;

iii. quando solicitado pela Contratante, atualizar ou retificar os Dados Pessoais da Contratante para garantir a sua exatidão;

iv. transferir Dados Pessoais da Contratante a terceiros, incluindo agentes ou subcontratados da Contratada, somente de acordo com os requisitos do Contrato e com termos e condições equivalentes aos estabelecidos nesta Subcláusula 1.16 e na Subcláusula 1.9 [Confidencialidade de documentos e informações], ficando entendido que as disposições desta Subcláusula 1.16 prevalecerão na medida em que as disposições desta Subcláusula 1.16 sejam mais restritivas do que aquelas estabelecidas na Subcláusula 1.9 [Confidencialidade de documentos e Informação];

v. notificar imediatamente o Contratante por escrito ao tomar conhecimento de qualquer violação de dados ou segurança; tomar medidas mitigadoras ou corretivas imediatas, incluindo medidas mitigadoras ou corretivas conforme orientação do Contratante; e informar e atualizar periodicamente a Contratante sobre as medidas tomadas pela Contratada para resolver tais dados ou violações de segurança;

vi. conforme estabelecido no Contrato, ou conforme indicado pelo Contratante por escrito, devolver, excluir ou destruir os Dados Pessoais do Contratante e, mediante solicitação por escrito do Contratante, apresentar provas de tal exclusão ou destruição ao Contratante; e

vii. consultar o Contratante e seguir suas instruções em relação ao processamento de solicitações e/ou reclamações de terceiros relacionadas aos Dados Pessoais do Contratante enviados ou recebidos pela Contratada.

(c) O Contratante será responsável por gerenciar todas as informações relativas a uma pessoa física identificada ou identificável, incluindo qualquer informação cuja divulgação possa prejudicar essa pessoa física identificada ou identificável, que seja obtida pela Contratada como resultado de, ou em conexão com, do Contrato, apenas de acordo com o seu próprio quadro jurídico.

(d) As disposições desta Subcláusula 1.16 permanecerão em vigor após a rescisão ou término do Contrato.

2 O Contratante

2.1 Direito de Acesso ao Local

- (a) O Contratante concederá o Contratado o direito de acesso e posse não exclusiva dessas partes do Local dentro do tempo (ou tempos) estabelecido no Anexo 2.2 [*Planta do Local*] e sujeito a quaisquer restrições de acesso por etapas ou compartilhadas, conforme especificado no Anexo 2.2 [*Planta do Local*].

2.2 Assistência

- (a) Se solicitado pelo Contratado, o Contratante deverá (quando estiver em condições de o fazer) prestar prontamente assistência razoável o Contratado no pedido de quaisquer autorizações, licenças ou aprovações exigidas pelas Leis:
 - (i) que o Contratante é obrigada a obter nos termos da Subcláusula 1.6 [*Conformidade com as Leis*];
 - (ii) para a entrega de Mercadorias, incluindo liberação alfandegária; e/ou
 - (iii) para a exportação do Equipamento do Contratado quando ele for removido do Local, se aplicável.

2.3 Materiais Fornecidos pelo Contratante, Equipamentos do Contratante e Instalações do Contratante

- (a) Se os Materiais Fornecidos pelo Contratante e/ou Equipamentos do Contratante e/ou Instalações do Contratante estiverem listados na Especificação para uso do Contratado na execução das Obras, o Contratante deverá disponibilizar tais materiais, equipamentos e/ou instalações o Contratado de acordo com os detalhes, cronogramas, arranjos, taxas e preços estabelecidos no Contrato, se houver.
- (b) O Contratado será responsável por cada item do Equipamento do Contratante e/ou Instalações do Contratante e/ou Materiais Fornecidos pelo Contratante enquanto estiver em uso, ocupação ou na posse deles.

2.4 Instruções do Contratante

- (a) O Contratante e o Representante do Contratante ou o Assistente do Representante do Contratante podem emitir o Contratado (a qualquer momento) instruções e Desenhos adicionais ou modificados que possam ser necessários para a execução das Obras de acordo com o Contrato. o Contratado só deve receber instruções do Contratante e do Contratado ou do Assistente do Representante do Contratado a quem a autoridade apropriada para dar instruções tenha sido delegada ao abrigo do Contrato.
- (b) O Contratado deve cumprir as instruções dadas pelo Contratante e pelo Representante do Contratante (e pelo Assistente do Representante do Contratante), com a devida rapidez e sem demora.
- (c) Se a instrução declarar que constitui uma Variação, a Subcláusula 9.1 [*Direito de Variação*] será aplicada.

3 REPRESENTANTE DO CONTRATANTE

3.1 Representante do Contratante

- (a) O Contratante nomeará o Representante do Contratante, que desempenhará as funções atribuídas no Contrato, e exercerá a autoridade delegada pelo Contratante. O Representante do Contratante será considerado como agindo em nome do Contratante nos termos do Contrato.
- (b) As funções e autoridades delegadas do Representante do Contratante são conforme expressas no Contrato e/ou especificadas no Anexo 3.8 [*Delegações do Contratante*]. Não obstante as autoridades delegadas ao Representante do Contratante, o Contratante ainda exercerá sua plena autoridade nos termos do Contrato.
- (c) O Representante do Contratante não terá autoridade para alterar o Contrato, isentar ou renunciar a qualquer dever, obrigação ou responsabilidade do Contratado nos termos ou em conexão com o Contrato.

3.2 Assistentes do Representante do Contratante

- (a) O Contratante ou o Representante do Contratante pode, de tempos em tempos, atribuir deveres e delegar autoridade aos Assistentes do Representante do Contratante, e pode revogar tal atribuição ou delegação, dando um Aviso o Contratado, descrevendo os deveres atribuídos e a autoridade delegada dos Assistentes do Representante do Contratante.
- (b) O Representante do Contratante não terá autoridade para alterar o Contrato, isentar ou renunciar a qualquer dever, obrigação ou responsabilidade do Contratado nos termos ou em conexão com o Contrato.

3.3 Instruções e Aprovações

- (a) Nenhuma aprovação, comentário, consentimento, não-objeção, revisão ou ato semelhante (incluindo a ausência de desaprovação, comentário ou Revisão) por ou em nome do Contratante, do Representante do Contratante ou do Assistente do Representante do Contratante isentará o Contratado de qualquer uma de suas garantias, obrigações ou responsabilidades nos termos ou em conexão com o Contrato.

4.1 Obrigações Gerais do Contratado

- (a) O Contratado deverá projetar (na medida especificada no Contrato) e executar as Obras:
 - (i) adequadamente e de acordo com o Contrato e todas as Leis aplicáveis;
 - (ii) exercer o padrão de habilidade, cuidado e diligência razoavelmente esperado de um Contratado devidamente qualificado com experiência na realização de tal trabalho para projetos de tipo, natureza e complexidade semelhantes às Obras;
 - (iii) agindo de acordo com as Melhores Práticas do Setor;
 - (iv) com instalações devidamente equipadas e novas, de boa qualidade e Materiais e instalações não perigosos, e onde as qualidades de materiais, instalações e mão de obra não forem especificadas, elas devem ser adequadas para os fins a que se destinam;
 - (v) em conformidade com quaisquer requisitos em relação ao acesso; e
 - (vi) de forma a garantir que a operação comercial plena, eficiente, econômica e segura das Obras seja concluída com a interrupção mínima para manutenção ou reparo.
- (b) O Contratado fornecerá a Instalação (e peças sobressalentes, se houver) e os Documentos do Contratado especificados nos Requisitos do Contratado, e todo o Pessoal, Bens, consumíveis e outras coisas e serviços do Contratado, sejam de natureza temporária ou permanente, necessários para cumprir as exigências do Contratado obrigações decorrentes do Contrato.
- (c) Todos os Materiais e Instalações aprovados no Local destinados a serem incorporados como parte das Obras Permanentes são considerados propriedade do Contratante.
- (d) O Contratado será responsável por todos os aspectos da gestão e superintendência do Local, pela adequação, estabilidade e segurança de todas as operações do Local e de todos os métodos de construção. Exceto na medida especificada no Contrato, o Contratado será responsável por todos os Documentos do Contratado, Obras Temporários e pelo design de cada item da Planta e Materiais, conforme necessário para que o item esteja de acordo com o Contrato.
- (e) O Contratado deverá, de uma forma aceitável para o Representante do Contratante, fornecer mensalmente ao Representante do Contratante, ou mais frequentemente a pedido do Representante do Contratante, relatórios de progresso em relação às Obras e quaisquer aspectos de saúde, segurança, sociais e ambientais relacionados com as Obras. Os relatórios devem cumprir todos os requisitos estabelecidos no Anexo 3.7 [*Requisitos de Relatório*].
- (f) Se a Especificação declarar que registros executados e/ou manuais de operação e manutenção se aplicam, o Contratado deverá enviar ao Representante do Contratante tais registros executados e/ou manuais de operação e manutenção de acordo com a Especificação e com detalhes suficientes para o Contratante deve operar, manter, desmontar, remontar, ajustar e reparar esta Seção ou parte das Obras.

- (g) O Contratado também deve realizar treinamento para o Pessoal da Entidade Contratante e/ou outro pessoal identificado na operação e manutenção de partes relevantes das Obras (se aplicável), conforme indicado no Anexo 3.2.G *[Requisitos de Treinamento]*.
- (h) o Contratado garante que, ao executar o projeto (na medida exigida pelo Contrato) e executar as Obras, não especificou e não especificará para uso ou permitirá o uso de quaisquer materiais que, no momento em que as Obras estão sendo realizadas, são geralmente aceitos ou razoavelmente suspeitos de serem Materiais Proibidos e, quando solicitado, emitirá o Contratante e às pessoas que o Contratante possa exigir um certificado confirmando que nenhum desses materiais foi especificado para uso ou permitido para ser usado.

4.2 Garantia de Execução

- (a) O Contratado deverá obter (às custas do Contratado) uma Garantia de Execução incondicional e irrevogável para garantir o desempenho adequado do Contratado das obrigações nos termos do Contrato, pelo valor e moeda especificados no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*.
- (b) Salvo disposição em contrário no Contrato, o Contratado deverá apresentar a Garantia de Execução ao Contratante no prazo de catorze (14) dias após a Data de Vigência do Contrato. A Garantia de Execução deve ser emitida por um banco ou instituição financeira líder e credenciada aprovada pelo Contratante e deve ser baseada nos termos e na forma estabelecida no Anexo 5.2 *[Formulário para Garantia de Execução]*.
- (c) O Contratado deverá garantir que a Garantia de Execução permaneça válida e exequível até a emissão do Certificado de Conclusão Final ou, se surgir uma disputa nos termos do Contrato, após a determinação final dessa disputa, o que ocorrer mais tarde.
- (d) Se o Contratado for uma subsidiária de outra corporação, o Contratado deverá, se solicitado pelo Contratante a seu exclusivo critério, providenciar para que sua controladora final ou qualquer outra controladora (conforme o Contratante possa aprovar a seu exclusivo critério) forneça uma garantia da controladora em um formato aprovado.
- (e) Apesar de qualquer outra disposição do Contrato, o fornecimento e manutenção da Garantia de Execução será às custas em todos os aspectos do Contratado e é uma condição precedente ao direito do Contratado de receber qualquer pagamento do Contratante nos termos do Contrato, exceto pagamento antecipado nos termos da Subcláusula 10.2 *[Pagamento Antecipado]*, e nenhum pagamento (exceto pagamento antecipado) será devido ou a pagar até a Subcláusula 4.2 estar satisfeita.

4.3 Representante do Contratado

- (a) O Representante do Contratado é nomeado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*.
- (b) O Contratado notificará o Contratante da extensão de toda a autoridade delegada ao Representante do Contratado necessária para agir por e em nome do Contratado nos termos do Contrato. O Contratado é responsável por

todos os atos e omissões do Representante do Contratado.

- (c) O Contratado não deve, sem o consentimento prévio do Representante do Contratante, revogar a nomeação do Representante do Contratado ou nomear um substituto. Uma vez que o Representante do Contratante dê o seu consentimento, o Contratado deverá apresentar ao Representante do Contratante para aprovação o nome e os detalhes da pessoa que o Contratado propõe substituir o Representante do Contratado.
- (d) O Representante do Contratado deve ser qualificado, experiente e competente na principal disciplina de engenharia aplicável às Obras e fluente no idioma para comunicações definidas na Subcláusula 1.4 [*Idioma*].
- (e) O Representante do Contratado deverá permanecer no Local durante todo o tempo em que as Obras estiverem sendo executadas no Local.

4.4 Subcontratação

- (a) O Contratado não deve subcontratar a totalidade das Obras.
- (b) O Contratado não subcontratará qualquer parte das Obras, incluindo o fornecimento de Materiais, Instalações e mão-de-obra, sem o consentimento prévio por escrito do Contratante.
- (c) Para fins de obtenção do consentimento prévio por escrito do Contratante, o Contratado deverá notificar o Representante do Contratante pelo menos vinte e oito (28) dias antes da nomeação pretendida de uma Subcontratada e fornecer detalhes minudenciados da(s) Subcontratada(s) proposta(s) para demonstrar que:
 - (i) a(s) Subcontratada(s) cumprem os requisitos de elegibilidade do Contratante; e
 - (ii) tem a experiência e capacidade relevantes para executar as partes subempreitadas das Obras e/ou fornecimento de Materiais e/ou Planta.
- (d) O consentimento do Contratante não será necessário quando a(s) Subcontratada (s) forem identificados na Proposta do Contratado, aceites pelo Contratante e incorporados no Contrato, ou estiverem incluídos em qualquer um dos documentos que constituem o Contrato, ou forem Subcontratantes Nomeadas.
- (e) O Contratado não deve rescindir a subempreitada sem notificar previamente o Contratante da intenção de rescindir a subcontratada com informações sobre os motivos da rescisão.
- (f) O Contratado deverá envidar esforços razoáveis para empregar Subcontratantes locais no País.
- (g) O Contratante pode nomear a(s) Subcontratada(s) Nomeada(s) no Contrato e pode instruir o Contratado a adquirir e empregar a(s) Subcontratada(s) Nomeada(s) para obras a serem executadas, ou instalações, materiais ou serviços a serem fornecidos.
- (h) O Contratado não terá nenhuma obrigação de empregar uma Subcontratada nomeada a quem o Contratante instrui e contra o qual o Contratado levanta objeções razoáveis, dando uma Notificação o Contratante, com detalhes de

apoio detalhados, no mais tardar 14 dias após o recebimento das instruções do Contratante.

- (i) O Contratado será responsável pela obra de todas as Subcontratantes, pela gestão e coordenação de todos o trabalho das Subcontratantes e pelos atos ou inadimplências de qualquer Subcontratada, agentes ou funcionários da Subcontratada, como se fossem atos ou inadimplências do Contratado.

4.5 Pessoal do Contratado

- (a) O Pessoal do Contratado (incluindo o Pessoal-Chave) deve ser adequadamente qualificado, qualificado e experiente em seus respectivos negócios ou ocupações.
- (b) O Contratado não deve recrutar ou tentar recrutar pessoal e mão-de-obra entre o Pessoal do Contratante (e seus respectivos trabalhadores, funcionários e agentes).
- (c) o Contratante pode exigir que o Contratado remova (ou faça com que seja removida) qualquer pessoa empregada pelo Contratado ou suas Subcontratantes no Local ou nas Obras, incluindo o Representante do Contratado e o Pessoal Chave que, na opinião do Contratante ou do Representante do Contratante:
 - (i) persiste em qualquer má conduta ou falta de cuidado;
 - (ii) é incompetente ou negligente em suas funções;
 - (iii) não se adeque a quaisquer disposições do Contrato;
 - (iv) persistir em qualquer conduta prejudicial à saúde, à segurança e/ou à proteção do meio ambiente;
 - (v) for considerado, com base em evidências razoáveis, ter se envolvido em Práticas Proscritas; e/ou
 - (vi) foi recrutado do Pessoal do Contratante em violação da Subcláusula 4.5 (b).
- (d) Quando a Subcláusula 4.5 (c) se aplicar, o Contratado deverá então nomear (ou fazer com que seja nomeada) uma pessoa substituta adequada para cada pessoa removida.
- (e) O Contratado não deve, sem o consentimento prévio do Representante do Contratante, revogar a nomeação do Representante do Contratado ou nomear um substituto.
- (f) O Contratante não será responsável por quaisquer danos ou compensações pagáveis por lei em relação ou em consequência de qualquer acidente ou lesão a qualquer Pessoal do Contratado.
- (g) O Contratado deverá informar ao Pessoal do Contratado sobre os procedimentos a serem seguidos e os padrões a serem cumpridos nos termos deste Contrato.

4.6 Não pagamento pelo Contratado

- (a) Se o Contratante tomar conhecimento de que o Contratado não pagou a qualquer Subcontratada, Subcontratada(s) Nomeada(s) ou Pessoal do Contratado de acordo com este Contrato, o Contratante poderá enviar o Contratado um Aviso solicitando o Contratado que apresente provas documentais razoáveis:
 - (i) que a Subcontratada, a Subcontratada Nomeada ou o Pessoal do Contratado receberam todos os valores devidos; ou
 - (ii) que satisfaça o Contratante de que o Contratado tem o direito razoável de reter ou recusar o pagamento à Subcontratada, Subcontratada Nomeada ou Pessoal do Contratado.
- (b) o Contratante pode, a seu exclusivo critério, pagar diretamente ao Pessoal do Contratado, Subcontratantes ou Subcontratantes nomeadas o montante que o Contratante determinar como devido e para o qual o Contratado não tenha apresentado as provas descritas na Subcláusula 4.6 (a). Posteriormente, o Contratante deverá notificar o Contratado indicando o montante pago diretamente e, consequentemente, recuperar qualquer montante pago como dívida devida pelo Contratado ao Contratante de acordo com a Subcláusula 10.12 [Compensação].
- (c) o Contratante pode solicitar o Contratado que inclua na sua Declaração ao abrigo da Subcláusula 10.3 [Declarações do Contratado] a confirmação dos pagamentos devidos às suas Subcontratantes, Subcontratantes Nomeadas e Pessoal do Contratado de acordo com o cronograma de pagamento incluído no contrato entre o Contratado e as suas Subcontratantes e pessoal.

4.7 Equipamentos do Contratado

- (a) O Contratado será responsável e manterá registros de todos os Equipamentos do Contratado no Local. Quando levado para o Local, o Equipamento do Contratado será considerado exclusivamente destinado à execução das Obras de Instalação. o Contratado não deve remover do Local quaisquer itens principais do Equipamento do Contratado sem o consentimento prévio por escrito do Representante da Entidade Contratante.
- (b) Todos os Equipamentos do Contratado devem estar em pleno funcionamento, mantidos e armazenados de acordo com as recomendações dos fabricantes ou fornecedores durante a duração de seu uso no Local. Qualquer equipamento defeituoso ou inseguro não deve ser usado e deve ser removido do Local pelo Contratado, às custas do Contratado, quando instruído a fazê-lo pelo Representante do Contratante.

4.8 Delimitações

- (a) O Contratado deve definir as Obras em relação aos pontos originais, linhas e níveis de referência especificados no Contrato ou notificados pelo Representante do Contratante. o Contratado será responsável pelo posicionamento correto de todas as partes das Obras, incluindo a verificação da precisão de todos esses itens de referência antes de estabelecer as Obras, e deverá corrigir qualquer erro nas posições, níveis, dimensões ou

alinhamentos das Obras.

4.9 Saúde, Segurança e Gestão Social e ambiental

- (a) No prazo de vinte e um (21) dias a partir da Data de Início e antes de iniciar quaisquer atividades de construção no Local, o Contratado deverá apresentar ao Representante do Contratante o Plano de Gestão de Saúde e Segurança e o Plano de Gestão Socioambiental que foram especificamente preparados para as Obras, o Local e outros locais (se houver) onde o Contratado pretende executar as Obras. Posteriormente, sempre que os Planos forem atualizados ou revisados, uma cópia deverá ser prontamente enviada ao Representante do Contratado.
- (b) O Contratado deverá, durante toda a execução das Obras:
 - (i) cumprir todos os regulamentos de saúde e segurança aplicáveis das Autoridades relevantes e as políticas, diretrizes, procedimentos e requisitos de saúde e segurança, conforme estabelecido na Especificação, até a emissão do Certificado de Conclusão Final;
 - (ii) implementar e cumprir um sistema de saúde e segurança que, no mínimo, deve cumprir a Subcláusula 4.9 (b) (i) e quaisquer requisitos que o Representante do Contratante deve notificar o Contratado, de tempos em tempos;
 - (iii) enviar todos os procedimentos e documentos de conformidade especificados no Contrato e na Especificação ao Representante do Contratado para obter informações antes de cada projeto (se houver) e etapa de execução das Obras ser iniciada, incluindo declarações de método de trabalho seguro, avaliações de risco, registros que mostram que o pessoal foi informado das avaliações de risco, controles críticos e outras informações que os ajudam a abordar os principais riscos de saúde e segurança;
 - (iv) ser responsável pela saúde e segurança de todas as pessoas com direito a estar no Local;
 - (v) envidar esforços razoáveis para manter o Local e as Obras livres de obstruções desnecessárias, de modo a evitar perigo para as pessoas;
 - (vi) fornecer cercas, iluminação, guarda e vigilância das Obras até a tomada de posse nos termos da Cláusula 7 [Recepção do Contratante] e quando quaisquer trabalhos pendentes e/ou reparação de defeitos estiverem em andamento;
 - (vii) fornecer quaisquer Obras Temporárias (incluindo estradas, calçadas, guardas e cercas) que possam ser necessárias, por causa da execução das Obras, para o uso e proteção do público e dos proprietários e ocupantes das terras e propriedades adjacentes; e
 - (viii) fornecer ao Representante do Contratante acesso razoável aos registros e instalações do Contratado, dentro e fora do Local, para permitir que o Representante do Contratante avalie a conformidade do Contratado com esta Subcláusula 4.9.
- (c) No caso de qualquer surto de doença de natureza epidêmica, o Contratado deverá cumprir e cumprir os regulamentos, ordens e requisitos que possam ser feitos pelas Autoridades relevantes ou autoridades médicas ou sanitárias

locais com a finalidade de lidar com ou superar a epidemia.

- (d) Não obstante qualquer outro direito ou recurso que o Contratante possa ter, o Contratado concorda que, no caso de não cumprir as suas obrigações de saúde e segurança, conforme estabelecido no Contrato, o Representante do Contratante poderá emitir um Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança O Contratado. Este Aviso será dado de acordo com a Subcláusula 11.1 [*Notificação para Correção*]. Neste caso, o Contratado será responsável por implementar quaisquer medidas corretivas necessárias para cumprir o Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança, e conforme possa ser instruído pelo Representante do Contratante no Aviso, às suas próprias custas.
- (e) De acordo com um Aviso para Corrigir, em caso de violação de um Aviso de Melhoria de Saúde e Segurança pelo Contratado, o Contratante terá o direito de rescindir o Contrato nos termos da Cláusula 11 [*Rescisão pelo Contratante*].
- (f) Além disso, o Representante do Contratante terá o direito de suspender a totalidade ou parte das Obras enquanto o Contratado permanecer em violação de suas obrigações de saúde e segurança e até que tenha tomado as medidas corretivas necessárias, às suas próprias custas, conforme possa ser instruído por e para a satisfação do Representante do Contratante. Para evitar dúvidas, em caso de tal suspensão, o Contratado não terá direito a uma EDP ou qualquer aumento no Preço do Contrato de acordo com a Subcláusula 6.7 [*Consequência da Suspensão do Contratante*].
- (g) No caso de um risco iminente no Local, não obstante qualquer outra disposição do Contrato, o Pessoal do Contratante terá o direito de suspender imediatamente a totalidade ou parte das Obras, instruindo oralmente, conforme apropriado. O Representante do Contratante será informado o mais rápido possível e avaliará a situação e instruirá o Contratado sobre quaisquer medidas corretivas que possam ser necessárias antes que as Obras possam ser retomadas. o Contratante deverá então confirmar a suspensão e as medidas corretivas por escrito o mais tardar quarenta e oito (48) horas após ter sido informada da suspensão.
- (h) O Contratado também pagará quaisquer multas monetárias e custos de remediação, conforme especificado no Contrato, se houver, e/ou conforme possa ser imposto pela Autoridade relevante por violações de saúde, segurança, sociais e ambientais.
- (i) O Contratante pode instruir o Contratado a rescindir a Subcontratada e/ou Subcontratada Nomeada em caso de violação das obrigações de saúde e segurança pela Subcontratada e/ou Subcontratada Nomeada que, na opinião do Representante do Contratante, seja grave ou repetida.
- (j) Em caso de qualquer incidente relacionado à saúde e segurança que possa ocorrer durante a execução da Obra, o Representante do Contratado deverá, o mais rápido possível e dentro de no máximo vinte e quatro (24) horas após o incidente, enviar ao Representante do Contratante um relatório detalhando o incidente.
- (k) o Contratado deve tomar todas as medidas necessárias para proteger o meio ambiente (dentro e fora do Local) e aderir consistentemente ao Plano de Gestão Socioambiental das Obras e deve sempre:
 - (i) cumprir suas obrigações nos termos do Contrato de maneira ambiental e socialmente responsável, garantindo que todas as precauções

necessárias sejam tomadas para evitar impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades de acordo com as Melhores Práticas da Indústria (dentro e fora do Local);

- (ii) limitar danos e incômodos às pessoas e bens resultantes da poluição, ruído, vibração e outros resultados de suas operações. Em caso de dano ou incômodo incorrido, medidas de mitigação e reparação serão tomadas pelo Contratado às suas custas;
- (iii) cumprir as políticas, diretrizes, normas, procedimentos e requisitos especificados na Especificação e as políticas, diretrizes, normas, procedimentos e requisitos de todas as Autoridades relevantes relacionadas à proteção do meio ambiente; e
- (iv) garantir que as emissões, descargas superficiais, efluentes e quaisquer outros poluentes das atividades do Contratado não excedam os valores indicados no Contrato e conforme prescrito de outra forma pelas Leis.

4.10 Sistema de Gestão da Qualidade

- (a) O Contratado deverá elaborar e implementar (e deve garantir que quaisquer Subcontratantes e Subcontratantes Nomeados implementem) um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para demonstrar conformidade com os requisitos do Contrato. O SGQ deverá ser especificamente preparado para as Obras e submetido ao Representante do Contratante dentro de vinte e um (21) dias após a Data de Início.
- (b) O Contratado deverá realizar uma revisão interna do SGQ regularmente e enviar os resultados de tais revisões internas ao Representante do Contratante, juntamente com quaisquer medidas propostas para melhorar e/ou retificar o SGQ e/ou sua implementação. Posteriormente, sempre que o SGQ for atualizado ou revisado, uma cópia deverá ser prontamente enviada ao Representante do Contratante.

4.11 Teste pelo Contratado

- (a) O Contratado deverá realizar todos os testes especificados no Contrato de acordo com os requisitos estabelecidos na Especificação.
- (b) O Contratado deverá fornecer todos os equipamentos, assistência, documentos e outras informações, eletricidade, equipamentos, combustíveis, materiais de consumo, instrumentos, mão de obra e pessoal qualificado e experiente, conforme necessário para realizar os testes especificados de maneira eficiente.
- (c) O Contratado deverá enviar um Aviso ao Representante do Contratante, indicando a hora e o local para os testes especificados de qualquer Equipamento, Materiais e outras partes das Obras. A Notificação do Contratado deve ser dada dentro de um prazo razoável, levando em consideração a localização dos testes e quaisquer restrições do local.
- (d) O Contratante poderá, nos termos da Subcláusula 9.1 [*Direito de Variação*], alterar a localização, o cronograma ou os detalhes dos testes especificados no Contrato ou instruir o Contratado a realizar testes adicionais. Se esses testes variados ou adicionais mostrarem que o Equipamento, Materiais ou Obras testados não estão de acordo com o Contrato, o Custo e qualquer

atraso incorrido na execução dessas Variações serão arcados pelo Contratado.

- (e) No caso de o Contratado não ter notificado suficientemente o Representante do Contratante antes de cobrir as partes relevantes das Obras, ou se o Representante do Contratante estabelecer que o projeto, os Materiais, a Fábrica ou a mão-de-obra do Contratado estão defeituosos ou não estão de acordo com o Contrato, o Contratado deverá (às suas custas) prontamente corrigir o defeito e garantir que o item rejeitado esteja de acordo com o Contrato ou seja substituído por um item aprovado. O Contratado é responsável pelo custo total da desmontagem e/ou demolição, teste e reinstalação da Obra.

4.12 Condições do Local

- (a) O Contratado reconhece que:
 - (i) visitou e examinou o Local e seus arredores e obteve todas as informações e dados necessários relativos às Condições do Local, considerando todas as Condições do Local e outras condições que podem afetar a execução das Obras (incluindo, sem limitação, a área circundante e os meios disponíveis de acesso e saída do Local); e
 - (ii) se familiarizou com as Condições do Local e obteve todas as informações razoavelmente disponíveis sobre quaisquer riscos associados, contingências e outras circunstâncias que possam influenciar ou afetar a execução das Obras.
- (b) O Contratante disponibilizará ao Contratado, para fins informativos, todos os dados e informações relevantes de que dispuser, relacionados às Condições do Local.
- (c) O Contratado será considerado como tendo permitido todas essas Condições do Local dentro do Preço do Contrato e Prazo de Execução. As discrepâncias entre as Condições do Local e as antecipadas pelo Contratado são de risco do Contratado e não darão direito o Contratado a uma EDP, uma Variação ou um ajuste no Preço do Contrato.
- (d) Nenhuma falha por parte do Contratado em descobrir qualquer condição, risco, contingência ou qualquer mal-entendido em relação a qualquer assunto que afete o Local e seus arredores e os meios de acesso disponíveis ao mesmo eximirá o Contratado de quaisquer riscos ou obrigações impostos ou assumidos por ele.
- (e) Nesta Subcláusula 4.12, "Condições do Local" significa condições físicas naturais e obstruções físicas feitas pelo homem e outros poluentes físicos que o Contratado encontra no Local ao executar as Obras, incluindo condições subterrâneas e hidrogeológicas, mas excluindo condições climáticas.
- (f) Na medida em que o Contratado encontrar condições físicas que o Representante do Contratante determine como não previsíveis e sofrer atrasos e/ou incorrer em custos devido a essas condições, o Contratado terá direito, sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*], a:
 - (i) uma EDP para qualquer atraso, se a conclusão for ou for atrasada nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prazo de extensão*]; e

- (ii) pagamento de qualquer Custo, que serão adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação.

4.13 Direitos de Passagem e Instalações

- (a) O Contratado arcará com todos os custos e encargos de direitos de passagens especiais e/ou temporários de passagens que possam necessitar para executar e concluir as Obras, incluindo aqueles para acesso ao Local. O Contratado também deverá obter, por sua conta e risco, quaisquer instalações adicionais fora do Local que possa necessitar para a execução das Obras.
- (b) O Contratado não deverá, no entanto, interferir com:
 - (i) a conveniência do público, ou
 - (ii) o acesso, uso e ocupação de todas as instalações, independentemente de serem públicas ou de propriedade do Contratante ou de terceiros, exceto na medida necessária para as atividades sob o Contrato.

4.14 Segurança do Local

- (a) O Contratado será responsável por manter pessoas não autorizadas fora do Local. As pessoas autorizadas devem ser limitadas ao Pessoal do Contratado, ao Pessoal do Contratante e a qualquer outra pessoa identificada como pessoal autorizado por um Aviso do Contratante ou do Representante do Contratante.
- (b) A segurança e proteção do Local, dos Equipamentos, Instalações e Materiais do Contratado, dos Equipamentos do Contratante e de todos os outros bens ou pessoal no Local são da exclusiva responsabilidade do Contratado. O Contratado deverá cumprir quaisquer outros requisitos de segurança estabelecidos no Anexo 2.2 [*Planta do Local*].

4.15 Munições não detonadas

- (a) Se, a qualquer momento durante a execução das Obras, for descoberto um projétil não detonado ou uma mina terrestre no Local, o Contratado deverá interromper imediatamente todo o trabalho no Local, notificar o Representante do Contratante e tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança de todas as pessoas e propriedades e proteger o Local. O Contratado deverá retomar imediatamente o trabalho no Local quando instruído pelo Contratante ou pelo Representante do Contratante. Qualquer atraso significativo está sujeito à Subcláusula 16.1 [Notificação de Reivindicação].

4.16 Detonação

- (a) O Contratado não deve armazenar ou usar quaisquer explosivos sem a permissão prévia por escrito do Contratante. O Contratado deve cumprir todas as regulamentações em vigor no País referentes ao armazenamento e uso de explosivos (incluindo o uso de pessoal licenciado). No caso de aprovação do uso de explosivos pelo Contratante, o Contratado deve fornecer e garantir que as instalações de armazenamento aprovadas pelas Autoridades relevantes sejam usadas.
- (b) A aprovação ou recusa do Contratante em permitir o uso de explosivos não isentará o Contratado de nenhuma de suas garantias, obrigações ou

responsabilidades nos termos ou em conexão com o Contrato e o Contratado não terá direito a qualquer tempo adicional ou custos adicionais para a execução das Obras em relação a tal aprovação ou recusa.

4.17 Royalties

- (a) A menos que seja indicado de outra forma no Contrato, o Contratado deve pagar todos os royalties, aluguéis e outros pagamentos por:
 - (i) Materiais (incluindo naturais) obtidos fora do Local; e
 - (ii) o descarte de Material de demolições e escavações e de outros Materiais excedentes (sejam naturais ou feitos pelo homem), exceto na medida em que as áreas de descarte dentro do Local sejam especificadas no Contrato.
- (b) O custo da gestão apropriada dos locais de Materiais e do descarte de Materiais de acordo com a Especificação é considerado incluído no Preço do Contrato.

4.18 Minas

- (c) O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de suas subsidiárias ou Afiliadas (se houver) está envolvido na venda ou fabricação de minas antipessoais ou componentes utilizados na fabricação de minas antipessoais.
- (d) Não obstante os períodos de aviso prévio na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente mediante a entrega de um Aviso ao Contratado, sem qualquer responsabilidade do Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outro tipo de responsabilidade.

4.19 Práticas Ilegais de Beneficiamento e Corrupção

- (a) O Contratado declara que não se envolveu, nem tentou se envolver, de forma alguma, em qualquer Prática Proibida relacionada com o processo de seleção ou a execução deste Contrato, ou com quaisquer outras atividades do Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas, envolvendo, de qualquer forma, qualquer Funcionário do Contratante, Representante do Contratante, funcionário ou outro agente do Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas.
- (b) Não obstante os períodos de aviso prévio na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.19 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente mediante a entrega de um Aviso ao Contratado, sem qualquer responsabilidade do Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outro tipo de responsabilidade.

4.20 Conduta Desordenada

- (a) O Contratado deverá tomar, em todos os momentos, todas as precauções razoáveis para evitar qualquer conduta ilegal, tumultuosa ou desordeira por parte dos seus Funcionários e para preservar a paz e a proteção de pessoas e bens no e próximo do Local da Obra.

4.21 Abastecimento de Água

- (a) O Contratado deverá, tendo em consideração as condições locais, fornecer no Local da Obra, durante a realização dos Trabalhos, um suprimento adequado de água potável e de outra natureza para uso dos Funcionários do Contratado.

4.22 Bebidas Alcoólicas ou Drogas

- (a) O Contratado não deverá trazer para o Local da Obra, armazenar no Local da Obra, importar, vender, doar, trocar ou de outra forma dispor de bebidas alcoólicas ou drogas no Local da Obra, nem permitir ou sofrer qualquer importação, venda, doação, troca ou disposição das mesmas por parte dos Funcionários do Contratado e/ou dos seus Subcontratados.

4.23 Armas, Munições e Explosivos

- (a) A menos que seja indicado de outra forma na Especificação ou instruído ou permitido pelo Contratante por escrito, o Contratado não deverá trazer ou armazenar no Local da Obra, dar, trocar ou de outra forma dispor de armas, munições ou explosivos de qualquer tipo a qualquer pessoa ou pessoas, nem permitir que os Funcionários do Contratado ou seus Subcontratados o façam.

4.24 Festivais e Costumes Religiosos

- (a) O Contratado deverá, em todos os contatos com os Funcionários do Contratado, ter o devido respeito por todas as festas reconhecidas, dias de descanso e outros costumes religiosos.

4.25 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

- (a) O Contratado garante que cumprirá e garantirá que os Funcionários do Contratado cumprirão a Declaração de 1998 da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Oito Convenções Fundamentais da OIT, o que quer que tenha os padrões mais elevados. Esses direitos universais incluem a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado ou compulsório, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação no emprego e na ocupação.
- (b) O Contratado deve fornecer um ambiente de trabalho seguro e protegido, todas as instalações e acomodações necessárias, instalações sanitárias e de bem-estar para os Funcionários do Contratado de acordo com a Especificação e deve fornecer instalações separadas no Local da Obra para as mulheres empregadas na execução da Obra.
- (c) Não obstante os prazos de aviso prévio na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.25 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente mediante a entrega de um Aviso ao Contratado, sem qualquer responsabilidade do Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer natureza.

4.26 Trabalho Infantil

- (a) O Contratado declara e garante que nem ele, nem o Pessoal do Contratado, nem qualquer subsidiária ou Afiliada do Contratado (se houver) estão envolvidos em qualquer prática inconsistente com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32, que, entre outras coisas, exige que uma criança seja protegida de executar qualquer trabalho que seja susceptível de ser perigoso ou de interferir com a educação da criança, ou de ser prejudicial para a saúde da criança ou para o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança.
- (b) Não obstante os prazos de aviso na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.26 dará ao Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente mediante a entrega de um Aviso ao Contratado, sem qualquer responsabilidade do Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer natureza.

4.27 Assédio Sexual, Exploração e Abuso

- (a) O Contratado deve tomar todas as medidas apropriadas, incluindo quaisquer outros requisitos (se houver) estabelecidos na Especificação, para evitar assédio sexual, exploração ou abuso de qualquer pessoa pelo Pessoal do Contratado. Para esses fins, assédio sexual, exploração e abuso incluem atividade sexual com qualquer pessoa com menos de dezoito (18) anos de idade, independentemente de quaisquer Leis relativas ao consentimento, a menos que tal atividade sexual seja consensual entre duas (2) pessoas casadas e tal casamento seja reconhecido como válido sob as leis do país de cidadania do Pessoal do Contratado.
- (b) Além disso, o Contratado deverá abster-se e tomar todas as medidas razoáveis e apropriadas para proibir seus funcionários ou outras pessoas envolvidas e controladas por ela de trocar qualquer dinheiro, bens, serviços ou outras coisas de valor, por favores ou atividades sexuais, ou de se envolver em quaisquer atividades sexuais que sejam exploradoras ou degradantes para qualquer pessoa.
- (c) Não obstante os períodos de notificação na Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*], o Contratado reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.18 dará direito o Contratante de rescindir o Contrato imediatamente após o fornecimento de uma Notificação o Contratado, sem qualquer responsabilidade perante o Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

5 PROJETO PELO CONTRATADO

5.1 Obrigações de Projeto do Contratado

- (a) Na medida especificada no Contrato, o Contratado deverá realizar o projeto das Obras Temporárias e de um elemento menor das Obras Permanentes para inclusão em qualquer Seção ou parte das Obras.
- (b) O Contratado garantirá que tal design seja elaborado por designers adequadamente qualificados e experientes de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, as Leis e os requisitos de todas as Autoridades relevantes e que cumpram também os critérios adicionais (se houver) indicados na Especificação.
- (c) O Contratado deverá prontamente submeter ao Representante do Contratante todos os designs preparados pelo Contratado nos termos do Contrato para Revisão, juntamente com um Aviso indicando que o projeto está pronto para revisão.
- (d) No prazo de catorze (14) dias após o recebimento do projeto do Contratado, o Representante do Contratante concluirá uma Revisão e e enviará um Aviso ao Contratado:
 - (i) Sem oposição (que pode incluir comentários sobre assuntos menores que não afetarão substancialmente as Obras); ou
 - (ii) afirmando que o design apresentado não está em conformidade com o Contrato e/ou com a Especificação, com as razões.
- (e) O Contratado não deverá construir nenhum elemento das Obras Permanentes projetadas pelo Contratado até receber um Aviso de Sem oposição do Contratante nos termos da Subcláusula 5.1 (d). O projeto que foi rejeitado deverá ser prontamente alterado e reenviado. O Contratado deverá reapresentar todos os designs comentados, tendo em conta esses comentários, conforme necessário.
- (f) O Contratado será responsável por qualquer projeto que tenha preparado em relação às Obras, o que incluirá desenhos de fabricação, Obras Temporárias e quaisquer outros aspectos relacionados ao projeto.
- (g) Quando concluída, a parte das Obras pela qual o Contratado é responsável pelo design deverá ser adequada para os fins previstos, conforme definido no Contrato, e deverá estar em conformidade com os padrões técnicos, códigos e regulamentos aplicáveis conforme declarado na Especificação.

6 INÍCIO, ATRASOS E SUSPENSÃO

6.1 Início das Obras

- (a) O Contratado deverá iniciar a execução das Obras (incluindo, entre outras, atividades de mobilização e aquisição) na Data de Início, ou assim que for razoavelmente praticável a partir de então, e deverá prosseguir com a execução das Obras com a devida diligência e sem atraso.

6.2 Prazo de Execução

- (a) O Contratado deverá concluir todas as Obras, e cada Seção (se houver), dentro do Prazo para Conclusão das Obras ou Seção (conforme o caso), de acordo com o estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], incluindo a conclusão de todo o trabalho, passando por todos os testes, ratificando todos os defeitos e enviando todas as informações e/ou documentação declaradas no Contrato como sendo necessárias para que as Obras ou Seção sejam consideradas concluídas para fins de assumir a Subcláusula 7.1 [*Recepção das Obras ou da Seção*].

6.3 Programa

- (a) O mais tardar em até vinte e um (21) dias após a Data de Início, o Contratado deverá apresentar ao Representante do Contratante um Programa totalmente detalhado para as Obras de acordo com o Contrato, detalhando como e quando o Contratado se propõe a realizar cada etapa das Obras, de acordo com o Anexo 3.5 [*Requisitos do Programa*].
- (b) O Representante do Contratante deverá concluir uma Revisão do Programa e enviar uma Notificação ao Contratado no prazo máximo de catorze (14) dias após o recebimento do Programa, indicando as alterações necessárias para cumprir o Contrato ou enviar uma Notificação de Não Objeção.
- (c) O Programa será usado para monitorar o progresso das Obras nos termos do Contrato, e o Pessoal do Contratante contará com o Programa para a administração do Contrato. O Representante do Contratante pode solicitar ao Contratado que apresente um Programa revisto a qualquer momento se o Programa não cumprir o Contrato ou deixar de refletir o progresso real.

6.4 Prazo de extensão

- (a) Sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de reivindicação*], o Contratado terá direito a uma EDP se, e na medida em que, o Prazo de Conclusão seja ou venha a ser atrasado por qualquer um dos riscos do Contratante, conforme descrito na Subcláusula 13.2 [*Riscos do Contratante*] ou qualquer outra causa de atraso que dê origem a um direito a uma EDP ao abrigo de uma Sub Cláusula destas Condições Gerais, desde que:
 - (i) possa ser claramente demonstrado que o atraso afetou a conclusão geral das Obras; e
 - (ii) o Contratado pode demonstrar, a contento do Representante do Contratante, que envidou os seus melhores esforços para mitigar esse atraso e quaisquer custos e perdas associados a ele.

- (b) Se um atraso causado por uma questão que seja da responsabilidade do Contratante for concomitante com um atraso causado por uma questão que seja da responsabilidade do Contratado, o direito do Contratado a uma EDP será dispensado durante o período de concordância.
- (c) Apesar de quaisquer outras disposições do Contrato, o Representante do Contratante poderá, a critério exclusivo e absoluto do Contratante, a qualquer momento, emitir uma EDP justa e razoável. O Representante do Contratante não tem qualquer obrigação de conceder, ou de considerar se concederá, uma EDP e não é obrigado a exercer este poder discricionário em benefício do Contratado.

6.5 Indenização por Atraso

- (a) Se o Contratado falhar em concluir as Obras ou uma Seção (se houver) dentro do Prazo para Conclusão, o Contratado deverá pagar Indenização por Atraso ao Contratante por esse inadimplemento.
- (b) As Indenizações por Atraso deverão ser no montante indicado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*, e serão pagas por cada dia que passar entre o Tempo de Conclusão relevante e a Data de Conclusão das Obras ou Seção relevante (se houver).
- (c) Estas Indenizações por Atraso não isentam o Contratado de suas obrigações de concluir as Obras ou de quaisquer outros deveres, obrigações ou responsabilidades que possa ter nos termos deste Contrato.
- (d) Se o valor acumulado de Indenizações por Atraso atingir o valor máximo indicado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*, o Contratante poderá rescindir o Contrato de acordo com a Subcláusula 11.2 *[Rescisão por Incumprimento do Contratado]*.
- (e) Esta Subcláusula não limitará a responsabilidade do Contratado por Indenizações por Atraso em qualquer caso de fraude, negligência grave, inadimplência deliberada ou conduta imprudente do Contratado.

6.6 Suspensão pelo Contratante

- (a) O Contratante ou o Representante do Contratante pode, a qualquer momento, instruir o Contratado através de uma Notificação para suspender o progresso de parte ou de todas as Obras, e o Contratante ou o Representante do Contratante pode, a seu critério, notificar o Contratado da causa da suspensão.
- (b) Se o Contratado receber uma Notificação de suspensão nos termos desta Subcláusula 6.6, ele deverá suspender imediatamente o progresso das Obras (ou parte relevante das Obras) até o momento em que o Contratante ou o Representante do Contratante enviar uma Notificação o Contratado para retomar o progresso das Obras ou das partes das Obras que foram suspensas.
- (c) Se a suspensão nos termos desta Subcláusula 6.6 continuar por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, o Contratado poderá notificar o Contratante solicitando permissão para retomar as Obras suspensas. Se o Contratante não enviar uma Notificação de retomada do Trabalho dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação do Contratado para permissão para retomada, o Contratado poderá, ao enviar uma segunda Notificação o Contratante, tratar a suspensão como uma omissão das partes

afetadas das Obras nos termos da Subcláusula 9.1 [*Direito de Variação*]. Se a suspensão afetar a totalidade das Obras, o Contratado poderá enviar uma Notificação de acordo com a Subcláusula 12.2 [*Rescisão pelo Contratado*].

6.7 Consequência da Suspensão do Contratante

- (a) Se o Contratado sofrer atraso e/ou incorrer em Custos por cumprir as instruções do Contratante nos termos da Subcláusula 6.6 [*Suspensão pelo Contratante*] e/ou por retomar o trabalho, o Contratado notificará o Contratante e terá direito, sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reclamação*], a uma EDP e/ou pagamento desse Custo.
- (b) Durante essa suspensão, o Contratado deverá proteger, armazenar e garantir as Obras (ou parte relevante das Obras) contra qualquer deterioração, perda ou danos.
- (c) O Contratado não terá direito a EDP, ou ao pagamento do Custo incorrido, para fazer a reparação:
 - (i) de qualquer defeito, deterioração ou dano causado pelo projeto defeituoso ou errôneo do Contratado (se houver), mão de obra, Instalação ou Materiais;
 - (ii) qualquer deterioração, perda ou dano causado pela falha do Contratado em proteger, armazenar ou garantir as Obras de acordo com a Subcláusula 6.6 [*Suspensão pelo Contratante*]; e/ou
 - (iii) se a suspensão for devida a violação do Contrato pelo Contratado ou pelo Pessoal do Contratado.
- (d) Após a permissão ou instrução para prosseguir, as Partes examinarão conjuntamente as Obras e a Instalação e Materiais afetados pela suspensão. O Contratado deverá reparar qualquer deterioração ou defeito ou perda das Obras ou Instalações ou Materiais, que tenha ocorrido durante a suspensão.

7 ACEITAÇÃO PELO CONTRATANTE

7.1 Recepção das Obras ou da Seção

- (a) As Obras ou uma Seção das Obras serão recebidas pelo Contratante quando:
 - (i) as Obras ou Seção relevante foram concluídas de acordo com os requisitos do Contrato, exceto por quaisquer omissões menores, trabalhos pendentes e defeitos que não afetarão o uso seguro das Obras para a finalidade pretendida;
 - (ii) se aplicável, o Contratado forneceu, e o Representante do Contratante não fez nenhuma objeção aos registros executados e ao manual de operação e manutenção;
 - (iii) se aplicável, o Contratado forneceu o treinamento e concluiu os testes especificados no Contrato;
 - (iv) se aplicável, o Contratado concluiu satisfatoriamente a liberação e/ou reintegração dos Locais designados no Contrato;
 - (v) quaisquer requisitos para assumir nos termos do Contrato foram cumpridos; e
 - (vi) Um Certificado de Recepção para as Obras ou Seção foi emitido.
- (b) Consequentemente, o Contratado pode solicitar um Certificado de Recepção, enviando uma Notificação ao Representante do Contratante pelo menos catorze (14) dias antes das Obras ou de uma Seção das Obras (se houver) estar completa e pronta para ser recebida de acordo com esta Subcláusula 7.1.

7.2 Certificado de Recepção Provisória

- (a) O Representante do Contratante deverá, no prazo de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação do Contratado nos termos da Subcláusula 7.1 [Recepção das Obras ou da Seção]:
 - (i) emitir o Certificado de Recepção ao Contratado indicando a Data de Conclusão (isso pode ter anexado uma lista de omissões menores, obras pendentes e defeitos); ou
 - (ii) rejeitar o pedido, dando um Aviso o Contratado com os motivos e especificando a obra que deve ser concluída, os defeitos que devem ser corrigidos e/ou documentos que devem ser apresentados pelo Contratado ou condições a serem cumpridas de acordo com a Subcláusula 7.1 [Recepção das Obras ou da Seção].
- (b) No caso da Subcláusula 7.2 (a) (ii), o Contratado deverá concluir satisfatoriamente o trabalho e corrigir os defeitos (exceto por quaisquer omissões menores, trabalho pendente e defeitos que não afetarão o uso seguro das Obras ou Seção para a finalidade pretendida) antes de emitir uma Notificação adicional nos termos da Subcláusula 7.1 [Recepção das Obras ou da Seção].
- (c) O Contratado reconhece e concorda que tem total responsabilidade pelas Obras ou Seção até que o Certificado de Recepção tenha sido emitido pelo Contratante.
- (d) No caso de o Contratante utilizar (ou ocupar) qualquer Parte das Obras ou Seções antes da emissão do Certificado de Recepção, a Parte será considerada como tendo sido adquirida e o Contratante emitirá um Certificado de Recepção com a data em que a Parte das Obras ou Seção foi ocupada.

8 RESPONSABILIDADE POR DEFEITOS

8.1 Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos

- (a) O Contratante pode, a qualquer momento antes do término do PND, notificar o Contratado sobre quaisquer defeitos ou obras pendentes com uma margem de tempo identificado para retificação decorrente de:
 - (i) Instalações, Materiais ou mão de obra que não esteja de acordo com o Contrato (exceto desgaste normal);
 - (ii) o projeto do Contratado (se houver) das Obras; e/ou
 - (iii) operações ou manutenção impróprias que foram atribuídas aos registros *as-built* e/ou manuais de operação e manutenção e/ou treinamento pelos quais o Contratado é responsável, se aplicável.
- (b) O Contratado deverá remediar o defeito ou danos dentro do prazo especificado pelo Contratante no Aviso ao abrigo desta Subcláusula 8.1. Todo o trabalho sob esta Subcláusula 8.1 será executado por conta e risco do Contratado.
- (c) Se o Contratado não corrigir o defeito ou danos dentro do prazo especificado na Notificação, ou qualquer período adicional acordado com o Contratante, o Contratante poderá realizar o trabalho por si próprio ou contratar outra parte para o fazer (incluindo testes) por conta e risco do Contratado. O Contratante terá direito, nos termos da Subcláusula 10.12 [*Compensação*], ao pagamento pelo Contratado do custo razoavelmente incorrido pelo Contratante na reparação dos defeitos e/ou danos.
- (d) O Contratante terá direito a uma extensão do PND se e na medida em que as Obras, Seção, Parte das Obras ou um item principal da Instalação (conforme o caso):
 - (i) não puder ser usado para a(s) finalidade(s) pretendida(s) em razão de um defeito ou dano; ou
 - (ii) por falha do Contratado em cumprir qualquer outra obrigação do Contrato.
- (e) Tal extensão do PND será razoável e conforme determinado pelo Contratante e notificado de acordo com o Contratado.

8.2 Testes Adicionais após a Correção de Defeitos

- (a) Se o trabalho de remediar qualquer defeito ou dano puder afetar o desempenho das Obras, o Representante do Contratante poderá exigir a repetição de qualquer um dos testes descritos no Contrato e que sejam necessários para demonstrar que as Obras e/ou Instalações ou Material remediados estão em conformidade com o Contrato. Esses testes repetidos devem ser realizados por conta e risco do Contratado como parte do custo do trabalho de reparação nos termos da Subcláusula 8.1 [*Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos*].

8.3 Certificado de Conclusão Final

- (a) O cumprimento das obrigações do Contratado não será considerado concluído até que o Contratante tenha emitido o Certificado de Conclusão Final ao Contratado, indicando a data em que o Contratado cumpriu as suas obrigações nos termos do Contrato.
- (b) O Contratante emitirá o Certificado de Conclusão Final no prazo de vinte e oito (28) dias após o vencimento do PND para todas as Obras ou a última das datas de vencimento dos PNDs para as Seções, ou assim que o Contratado tiver fornecido todos os documentos relevantes e concluído e testado todas as Obras, incluindo a correção de defeitos notificados nos termos da Subcláusula 8.1 [*Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos*].

8.4 Obrigações Não Cumpridas

- (a) Após a emissão do Certificado de Conclusão Final, cada Parte permanecerá responsável pelo cumprimento de qualquer obrigação que se torne aparente naquele momento. Para efeitos de determinação da natureza e extensão das obrigações não cumpridas, o Contrato será considerado como estando em vigor.
- (b) Sujeito a qualquer disposição expressa no Contrato em contrário, as respectivas garantias, obrigações ou responsabilidades das Partes não cessam na conclusão, expiração ou rescisão deste Contrato.
- (c) Não obstante a emissão de um Certificado de Conclusão Final, o Contratado será responsável por remediar, a seu custo e despesa, qualquer Defeito Latente, bem como qualquer dano às Obras causado por tal Defeito Latente, que apareça ou ocorra a qualquer momento durante o Período de Defeito Latente.

8.5 Liberação de Local

- (a) Imediatamente após a emissão do Certificado de Conclusão Final, o Contratado deverá, às suas próprias custas:
 - (i) remover qualquer Equipamento restante do Contratado, material excedente, destroços, lixo e Obras Temporárias do Local;
 - (ii) restabelecer todas as partes do Local que foram afetadas ou alteradas pelas atividades do Contratado durante a execução das Obras; e
 - (iii) deixar o Local e as Obras em condições limpas e seguras.

9 VARIAÇÕES E AJUSTES

9.1 Direito de Variação

- (a) O Contratante pode, a seu exclusivo critério e a qualquer momento antes da emissão do Certificado de Recepção, iniciar ou instruir Variações, mediante um Aviso ao Contratado.
- (b) A variação pode incluir:
 - (i) alterações nas quantidades de qualquer item de trabalho incluído no Contrato (no entanto, tais alterações não constituem necessariamente uma Variação);
 - (ii) mudanças na qualidade e outras características de qualquer item de obra;
 - (iii) alterações nos níveis, posições e/ou dimensões de qualquer parte das Obras;
 - (iv) omissão de qualquer parte das Obras;
 - (v) qualquer trabalho adicional, Instalação, Materiais ou serviços necessários para as Obras Permanentes, incluindo quaisquer testes associados na conclusão, poços e outros testes e trabalhos exploratórios; e/ou
 - (vi) alterações na sequência ou no momento da execução das Obras (incluindo a antecipação ou adiamento do Prazo de Conclusão).
- (c) O Contratado deve apresentar uma proposta, a menos que o Contratado forneça prontamente uma Notificação ao Representante do Contratante declarando (com informações de apoio detalhadas) que:
 - (i) O Contratado não possui a experiência relevante;
 - (ii) O Contratado não pode obter prontamente os Bens necessários para a Variação; ou
 - (iii) qualquer outro motivo que afete adversamente as obrigações do Contratado nos termos do Contrato.
- (d) O Contratado deverá, no prazo de catorze (14) dias após o recebimento da Notificação, e antes que o Contratado realize a Variação, apresentar ao Representante do Contratante uma proposta detalhada, incluindo:
 - (i) uma descrição pormenorizada dos diversos trabalhos a realizar, incluindo os pormenores pertinentes, como os recursos, a metodologia e o programa;
 - (ii) um detalhamento do aumento ou diminuição do Preço do Contrato e qualquer efeito no Programa e no Prazo de Conclusão; e
 - (iii) quaisquer outros detalhes que o Representante do Contratante possa razoavelmente exigir.
- (e) O Representante do Contratante deve responder com aprovação, desaprovação ou comentários à proposta. O Contratado ficará vinculado a qualquer Notificação de Variação e executará a Variação com a devida rapidez e sem demora.

9.2 Avaliação das Variações

- (a) As variações serão avaliadas pelo Representante do Contratante da seguinte forma:
 - (i) quando apropriado, a taxas ou preços no MDQ, ou se não houver taxas ou preços aplicáveis no MDQ, às taxas ou preços incluídos no Anexo 4.1.B [*Programa de Trabalho Diário*]; ou
 - (ii) na ausência de taxas ou preços apropriados no MDQ e no *Horário de Trabalho Diário*, o Representante do Contratante deverá fazer uma avaliação justa e razoável da Variação; ou
 - (iii) se o Representante do Contratante assim o instruir, as taxas de trabalho diário estabelecidas no Anexo 4.1.B [*Programa de Trabalho Diário*] serão aplicáveis.

9.3 Somas Provisórias

- (a) Se uma Soma Provisória estiver incluída no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], ela será devida pelo Contratante se, e na medida em que, o Representante do Contratado assim instruir o Contratado por escrito a executar um elemento e/ou parte das Obras, fornecimentos e/ou serviços a que se refere a Soma Provisória.
- (b) Se o Contratante instruir o Contratado a executar um elemento ou parte das Obras, suprimentos ou serviços por meio de uma Soma Provisória, o trabalho ou item será precificado pelo Representante do Contratante de acordo com a Subcláusula 9.2 [*Avaliação das Variações*].
- (c) Cada declaração que inclui uma Soma Provisória também deve incluir todas as faturas, vouchers e contas ou recibos aplicáveis em comprovação da Soma Provisória.

9.4 Trabalho Diário

- (a) Para trabalhos de natureza menor ou incidental, o Contratante pode instruir que uma Variação seja executada no dia a dia. O trabalho será então avaliado de acordo com a Subcláusula 9.2 [*Avaliação de Variações*].
- (b) O Contratado deverá manter registros de horas de trabalho e Equipamentos do Contratado e quantidades de Instalações e/ou Materiais utilizados.

9.5 Ajustes para mudanças nas Leis

- (a) O Preço do Contrato será ajustado para levar em conta qualquer aumento ou diminuição no Custo resultante de uma alteração nas Leis feitas e/ou oficialmente publicadas após a Data Base, que afetem qualquer uma das Partes no cumprimento das obrigações nos termos do Contrato.

9.6 Ajustes para Mudanças no Custo

- (a) Salvo disposição expressa em contrário nas Condições Particulares (se houver), o Preço do Contrato não será ajustado para aumentos ou reduções no custo da mão-de-obra, Bens e outros insumos para as Obras.
- (b) O Preço do Contrato e as taxas e preços serão considerados como incluídos nos valores para cobrir a contingência de aumentos e reduções no custo da mão-de-obra, Bens e outros insumos para as Obras.

10 PREÇO DO CONTRATO E PAGAMENTO

10.1 Preço do Contrato e Avaliação das Obras

- (a) Salvo disposição em contrário neste Contrato:
 - (i) o Preço do Contrato será o valor das Obras de acordo com o Anexo 1.2 [*Detalhes Fornecidos pelo Contratado*] e conforme possa variar de acordo com a Subcláusula 9.2 [*Avaliação de Variações*] e sujeito a ajustes, adições e/ou deduções de acordo com o Contrato; e
 - (ii) considera-se que o Contratado cumpre com a exatidão e suficiência do Preço do Contrato e todas as taxas e preços unitários fixos do Contrato.
- (b) Conforme estabelecido no Contrato:
 - (i) Se a opção de pagamento for "medir e pagar", as taxas serão as estabelecidas no Anexo 4.1 [*Quantidades e Taxas*] e serão aplicadas à quantidade relevante de Obras medidas conforme concluídas. As quantidades nos Anexos declarados nesta Subcláusula 10.1 (b) não devem ser tomadas como as quantidades reais das Obras que o Contratado é obrigado a executar, ou para fins de avaliação; ou
 - (ii) se a opção de pagamento for "montante fixo", os montantes fixos, os preços e as quantidades, conforme estabelecido no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], Anexo 4.1.A [*Mapa de Quantidades*] são fixados independentemente das quantidades reais das Obras, a menos que os ajustes sejam feitos de acordo com a Cláusula 9 [*Variações e Ajustes*].
- (c) Salvo disposição em contrário no Contrato, o Representante do Contratante avaliará cada item de trabalho aplicando a medição acordada ou determinada e o método de medição indicado no Contrato, e a taxa apropriada, preço especificado no MDQ ou preço fixo para o item.
- (d) O Contratado pagará todos os impostos, taxas e obrigações exigidos pelo Contratado nos termos do Contrato e conforme exigido pelas Leis, e o Preço do Contrato não será ajustado por nenhum desses custos, exceto conforme estabelecido na Subcláusula 9.5 [*Ajustes para Mudanças nas Leis*] e Subcláusula 9.6 [*Ajustes para Mudanças no Custo*] (se aplicável). Esta obrigação incluirá o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), a menos que o Contratante tenha obtido uma isenção para esse IVA das Autoridades relevantes em nome do Contratado.

10.2 Pagamento Antecipado

- (a) Se nenhum pagamento antecipado for estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], esta Subcláusula 10.2 não se aplicará.
- (b) Sujeito às seguintes disposições desta Subcláusula 10.2, o Contratante deverá fazer um pagamento antecipado (se houver) estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], para custos de mobilização e para permitir que o Contratado inicie as Obras.
- (c) O Contratante também pode, a seu exclusivo critério, fazer um pagamento antecipado ou aumentar o pagamento antecipado existente em circunstâncias excepcionais, se solicitado pelo Contratado e desde que o Contratado apresente uma Garantia de Pagamento Antecipado adicional para cobrir o

valor total do pagamento antecipado.

- (d) O Contratante deverá efetuar o pagamento antecipado no prazo de 30 (trinta) dias, somente após o recebimento da Garantia de Pagamento Antecipado no valor e moedas correspondentes ao pagamento antecipado.
- (e) A Garantia de Pagamento Antecipado deverá ser uma garantia de primeira ordem incondicional, irrevogável, exequível e devidamente executada, na forma estabelecida no Anexo 5.1 [*Formulário para Garantia de Pagamento Antecipado*] e emitida por um banco ou instituição financeira de referência, credenciada e aprovada pelo Contratante.
- (f) O Contratado deverá garantir que a Garantia de Pagamento Antecipado seja válida e exequível até que a totalidade do pagamento antecipado tenha sido reembolsada, mas seu valor poderá ser progressivamente reduzido pelo valor reembolsado pelo Contratado nos pagamentos intermediários.
- (g) Se os termos da Garantia de Pagamento Antecipado especificarem sua data de vencimento, e o pagamento antecipado não tiver sido reembolsado até vinte e oito (28) dias antes da data de vencimento, o Contratado estenderá a validade da Garantia de Pagamento Antecipado até que o pagamento antecipado tenha sido reembolsado. Se o Contratante não receber esta prova da extensão da Garantia de Pagamento Antecipado, o Contratante terá o direito de reclamar, ao abrigo da garantia, o montante do pagamento antecipado que não tenha sido reembolsado.
- (h) O pagamento antecipado será reembolsado pelo Contratado através de deduções percentuais de cada CPI à taxa indicada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], até o momento em que o pagamento antecipado tenha sido totalmente reembolsado e dentro do período de reembolso indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], se aplicável.
- (i) Se o pagamento antecipado não tiver sido totalmente reembolsado antes da emissão do Certificado de Recepção das Obras ou antes da data de rescisão do Contrato, todo o saldo então pendente será imediatamente devido e pagável pelo Contratado o Contratante.

10.3 Declarações do Contratado

- (a) O Contratado deve apresentar uma Declaração com documentos de suporte, incluindo relatórios de progresso relevantes, ao Representante do Contratante de acordo com os requisitos e prazos estabelecidos no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*] ou de outra forma notificado pelo Contratante ou pelo Representante do Contratante por escrito.
- (b) A Declaração será baseada nos preços e/ou taxas estabelecidos no MDQ ou parcelas de montante fixo e/ou pagamentos de marcos, conforme estabelecido de outra forma nos Anexos.
- (c) Se a Instalação e/ou Materiais forem incorporados nas Obras Permanentes e estiverem listados no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], o Contratado terá direito a uma porcentagem do valor comprovado desses Materiais e/ou Instalação conforme especificado no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*], se tal Instalação e/ou Materiais estiverem de acordo com o Contrato, entregues e devidamente armazenados no Local, e estiverem protegidos contra perda, dano ou deterioração, ou forem aqueles listados no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*] para pagamento quando expedidos e enviados ao País e a

caminho do Local, de acordo com o Contrato.

- (d) Cada Declaração deve estar em um formulário aprovado pelo Representante do Contratante e deve incluir os seguintes itens, conforme aplicável, que devem ser expressos nas moedas em que o Preço do Contrato é devido:
 - (i) o valor estimado do Contrato das Obras executadas, incluindo Variações aprovadas até o final do período de pagamento;
 - (ii) quaisquer valores a serem adicionados e/ou deduzidos para mudanças nas Leis nos termos da Subcláusula 9.5 [*Ajustes para Mudanças nas Leis*] e para mudanças nos Custos nos termos da Subcláusula 9.6 [*Ajustes para Mudanças no Custo*];
 - (iii) qualquer valor a ser deduzido para retenção à taxa/porcentagem de retenção indicada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] até que o valor atinja o limite do Dinheiro de Retenção indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*];
 - (iv) quaisquer valores a serem adicionados e/ou deduzidos para pagamento antecipado e reembolsos de acordo com a Subcláusula 10.2 [*Pagamento Antecipado*];
 - (v) quaisquer valores a serem adicionados e deduzidos para Instalação e/ou Materiais de acordo com esta Subcláusula 10.3 e conforme listado no Anexo 3.4 [*Avaliação e Pagamento*];
 - (vi) qualquer valor a ser adicionado de acordo com a Subcláusula 9.3 [*Somas Provisórias*];
 - (vii) quaisquer valores a serem adicionados de acordo com a Subcláusula 9.4 [*Trabalho Diário*];
 - (viii) quaisquer valores a serem adicionados para liberação do Dinheiro de Retenção nos termos da Subcláusula 10.5 [*Liberação de Retenção de Dinheiro*];
 - (ix) quaisquer outros acréscimos e/ou deduções que se tornaram devidos nos termos do Contrato;
 - (x) a dedução de valores certificados em todos os CPIS anteriores; e
 - (xi) o IVA, a menos que o Contratante tenha obtido uma isenção para esse IVA das Autoridades relevantes em nome do Contratado.
- (e) O Contratante não está vinculado a qualquer quantia anteriormente considerada pelo Contratante como devida ao Contratado e, portanto, pode fazer qualquer correção ou modificação a quaisquer pagamentos anteriores.

10.4 Certificado de Pagamento Provisório

- (a) No prazo de quarenta e dois (42) dias após o recebimento da Declaração do Contratado e dos documentos comprovativos apresentados de acordo com a Subcláusula 10.3 [*Declarações do Contratado*], o Contratante pagará ao Contratado o montante do CPI que o Representante do Contratante certifica e considera justo ser devido o Contratado.
- (b) O Contratante pode reter do CPI:
 - (i) o valor do trabalho ou obrigação que o Contratado estava ou está deixando de executar de acordo com o Contrato; e

- (ii) o valor da Instalação e/ou Materiais fornecidos e do trabalho concluído que não estejam de acordo com o Contrato ou estejam com defeito.

10.5 Liberação de Retenção de Dinheiro

- (a) O Contratado deverá apresentar solicitação:
 - (i) para a primeira metade do Dinheiro de Retenção aplicável às Obras ou Seção das obras assumidas (ou conforme aplicável) no prazo de catorze (14) dias após a emissão do Certificado de Recepção relevante nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Recepção Provisória*]; e
 - (ii) para a segunda metade do Dinheiro de Retenção (ou saldo pendente) no prazo de catorze (14) dias após o recebimento do Certificado de Conclusão Final para todas as Obras nos termos da Subcláusula 8.3 [*Certificado de Conclusão Final*].
- (b) O Contratante deverá então liberar o valor correspondente do Dinheiro de Retenção dentro de vinte e oito (28) dias após receber as solicitações do Contratado nos termos da Subcláusula 10.5 (a).

10.6 Declaração na Recepção

- (a) No prazo de quarenta e dois (42) dias após o Representante do Contratante emitir o Certificado de *Recepção* nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Recepção Provisória*], o Contratado deverá apresentar ao Representante do Contratante uma Declaração de Recepção com documentos comprovativos, de acordo com a Subcláusula 10.3 [*Declarações do Contratado*] mostrando:
 - (i) o valor de todo o trabalho realizado de acordo com o Contrato até a Data de Conclusão das Obras ou da Seção;
 - (ii) quaisquer quantias adicionais que o Contratado considere devidas na Data de Conclusão das Obras ou da Seção;
 - (iii) qualquer Reivindicação para a qual o Contratado tenha emitido uma Notificação sob a Subcláusula 16.1 [*Notificação de reivindicação*] em relação às Obras ou Seção relevante recebida, que o Contratado considera devida pelo Contratante por todos os eventos e circunstâncias que ocorreram até a Data de Conclusão; e
 - (iv) quaisquer Reivindicações contestadas relacionadas à totalidade das Obras ou Seção relevante, conforme aplicável.
- (b) O Contratante deverá, então, proceder de acordo com a Subcláusula 10.4 [*Certificado de Pagamento Provisório*].
- (c) O Contratado não tem o direito de fazer uma Reivindicação, e o Contratante é liberado de qualquer nova Reivindicação ou de um aumento em qualquer Reivindicação existente contra o Contratante em relação ao Preço do Contrato ou de outra forma, em relação a todos os eventos e circunstâncias que ocorreram até o início da apresentação da Declaração da Recepção ou expiração dos vinte e oito (28) dias após o Contratante emitir o Certificado de Recepção de uma Seção ou da totalidade das Obras, conforme assumido.

10.7 Declaração Final

- (a) No prazo de vinte e oito (28) dias após o recebimento do Certificado de Conclusão Final nos termos da Subcláusula 8.3 [*Certificado de Conclusão Final*], o Contratado deverá apresentar uma Declaração Final na mesma forma que a Declaração nos termos da Subcláusula 10.3 [*Declarações do Contratado*] ao Representante do Contratante, juntamente com qualquer documentação razoavelmente necessária para determinar o valor final do Contrato de todas as Obras feitas de acordo com o Contrato.

10.8 Quitação

- (a) Ao enviar a Declaração Final, o Contratante deverá enviar uma quitação na forma estabelecida no Anexo 5.3 [*Formulário de Quitação*], que confirma que o total da Declaração Final representa a liquidação total e final de todos os valores devidos o Contratante sob ou em conexão com o Contrato.
- (b) Esta quitação deverá indicar que o total da Declaração Final está sujeito a qualquer pagamento que possa ser devido em relação a qualquer Disputa para a qual a arbitragem esteja em andamento nos termos da Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].

10.9 Certificado de Pagamento Final

- (a) Dentro de quarenta e dois (42) dias após o recebimento da Declaração Final e da quitação nos termos da Subcláusula 10.7 [*Declaração Final*] e Subcláusula 10.8 [*Quitação*], respectivamente, o Contratante pagará ao Contratado o valor do Certificado de Pagamento Final que o Representante do Contratante certifica e considera justo que seja finalmente devido o Contratado.

10.10 Moeda de pagamento

- (a) O pagamento deverá ser feito na moeda ou moedas e proporções (no caso de pagamentos com mais de uma (1) moeda), conforme indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*].
- (b) As proporções ou valores das moedas e as taxas fixas de câmbio a serem usadas para calcular os pagamentos serão as indicadas no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], exceto quando acordado de outra forma pelas Partes.

10.11 Pagamento Atrasado

- (a) Se o Contratado não receber pagamentos dentro dos prazos relevantes estabelecidos no Contrato, o Contratado receberá encargos de financiamento elegíveis, compostos mensalmente sobre o valor não pago durante o período de atraso, à(s) taxa(s) e detalhes indicados no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] referente ao valor em atraso calculado a partir do vencimento do prazo para o pagamento do valor do CPI até a data efetiva em que o pagamento for recebido do Contratante.

10.12 Compensação

- (a) O Contratante, sem prejuízo de qualquer outro direito que possa ter, pode compensar qualquer montante que possa ser devido pelo Contratado ao Contratante nos termos das disposições do Contrato contra qualquer

montante que possa ser devido pelo Contratante ou Contratado.

10.13 Auditoria e Investigações

- (a) Cada pagamento feito pelo Contratante ao Contratado pode estar sujeito a uma auditoria pós-pagamento por auditores, internos ou externos, do Contratante ou por outros agentes autorizados e qualificados do Contratante a qualquer momento durante a vigência do Contrato e por um período de dois (2) anos após a expiração ou rescisão prévia do Contrato. O Contratante terá direito a um reembolso do Contratado por quaisquer montantes demonstrados por tais auditorias como tendo sido pagos pelo Contratante que não estejam de acordo com os termos e condições do Contrato.
- (b) O Contratado reconhece e concorda que, de tempos em tempos, o Contratante pode realizar investigações relacionadas com qualquer aspecto do Contrato ou a sua adjudicação, as obrigações cumpridas ao abrigo do Contrato e as operações do Contratado geralmente relacionadas com o cumprimento das obrigações do Contrato. O direito do Contratante de conduzir uma investigação e a obrigação do Contratado de cumprir tal investigação não caducam após a emissão do Certificado de Conclusão Final ou rescisão do Contrato.
- (c) O Contratado deverá fornecer sua cooperação completa e oportuna com tais inspeções, auditorias pós-pagamento ou investigações. Tal cooperação incluirá, mas não se limitará a, obrigação do Contratado de disponibilizar o Pessoal do Contratado e qualquer documentação relevante para tais fins, em tempos e condições razoáveis e conceder ao Contratante acesso às instalações do Contratado em tempos e condições razoáveis em conexão com tal acesso ao Pessoal do Contratado e documentação relevante.
- (d) O Contratado exigirá que seus agentes, incluindo, mas não se limitando a, advogados, contadores ou outros consultores do Contratado, cooperem razoavelmente com quaisquer inspeções, auditorias pós-pagamento ou investigações realizadas pelo Contratante.

10.14 Avaliação de Desempenho do Contratado

- (a) O Contratante deve realizar uma avaliação do desempenho do Contratado sob os termos do Contrato. O Contratado deve fornecer sua cooperação completa e oportuna para tal avaliação de desempenho pelo Contratante.

11 RESCISÃO PELO CONTRATANTE

11.1 Notificação para Correção

- (a) Se o Contratado não cumprir quaisquer obrigações nos termos do Contrato, o Representante do Contratante poderá, mediante uma Notificação para Correção, exigir que o Contratado corrija a falha e a corrija dentro do prazo especificado.
- (b) A Notificação para Correção deverá:
 - (i) descrever a falha do Contratado;
 - (ii) declarar a Subcláusula e/ou disposições do Contrato sob as quais o Contratado tem a obrigação; e
 - (iii) especificar um prazo razoável dentro do qual o Contratado deverá remediar a falha.
- (c) No mais tardar sete (7) dias após o recebimento da Notificação para Correção, o Contratado deverá responder enviando uma Notificação ao Representante do Contratante e descrevendo as medidas que o Contratado tomará para remediar a falha dentro do prazo especificado na Notificação para Correção.
- (d) O tempo especificado na Notificação para Correção não dará origem a uma EDP.

11.2 Rescisão por Incumprimento do Contratado

- (a) O Contratante terá o direito de notificar o Contratado da sua intenção de rescindir o Contrato se o Contratado:
 - (i) não tomou todas as medidas possíveis para remediar o inadimplemento dentro do prazo especificado na Notificação para Correção nos termos da Subcláusula 11.1 [*Notificação para Correção*] e tal descumprimento constitui uma violação material das obrigações do Contratado nos termos do Contrato;
 - (ii) abandona as Obras ou de outra forma demonstra a intenção de não continuar o cumprimento das obrigações do Contratado nos termos do Contrato;
 - (iii) deixar de prosseguir com as Obras rapidamente de acordo com a Subcláusula 6.1 [*Início das Obras*];
 - (iv) descumprir a Subcláusula 4.2 [*Garantia de Execução*];
 - (v) descumprir suas obrigações nos termos da Cláusula 15 [*Seguro*]; ou
 - (vi) está de outra forma em violação material do Contrato.
- (b) A menos que o Contratado cumpra a Notificação de intenção de rescindir o Contrato nos termos da Subcláusula 11.2 (a) e corrija o assunto no prazo de catorze (14) dias após o recebimento da Notificação, o Contratante poderá rescindir imediatamente o Contrato mediante Notificação de rescisão. A data de rescisão será a data em que o Contratado receber este Aviso de rescisão.

- (c) No caso da Subcláusula 11.2 c (i) a (iv), o Contratante terá o direito de rescindir o Contrato imediatamente por meio de Aviso de rescisão, sem o Notificação de intenção de rescisão, se o Contratado:
- (i) é declarado insolvente sob quaisquer Leis aplicáveis;
 - (ii) está em violação das Subcláusulas 4.18 [*Minas*], 4.19 [*Práticas Ilegais de Beneficiamento e Corrupção*], 4.25 [*Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*], 4.26 [*Trabalho Infantil*], 4.27 [*Assédio Sexual, Exploração e Abuso*] ou 6.5 [*Indenização por Atraso*];
 - (iii) apresentar uma garantia, seguro, certificado, declaração, resultado do teste ou qualquer outro documento que o Contratado seja obrigado a apresentar nos termos do Contrato que seja falso ou intencionalmente enganoso; ou
 - (iv) subcontratar a totalidade, ou qualquer parte, das Obras em violação de Subcláusula 4.4 [*Subcontratação*], ou cede ou novata o Contrato sem o consentimento prévio exigido do Contratante nos termos da Subcláusula 1.7 [*Cessão ou Novação*].
- (d) Após a rescisão do Contrato nos termos desta Subcláusula 11.2, o Contratado deverá:
- (i) cumprir imediatamente quaisquer instruções razoáveis incluídas na Notificação dada pelo Contratante nos termos desta Subcláusula 11.2 para a cessão de qualquer subempreitada e para a proteção de vida ou propriedade ou para a segurança das Obras;
 - (ii) entregar ao Contratante quaisquer Bens que o Contratante ou o Representante do Contratante instrua, por escrito, que devem ser usados para a conclusão das Obras e todos os Documentos do Contratado e documentos de projeto feitos por ou para o Contratado; e
 - (iii) desmobilizar e deixar o Local em condições limpas e seguras e, se o Contratado não o fizer, o Contratante terá o direito de restringir o acesso do Contratado ao Local.
- (e) Após a rescisão sob esta Sub Cláusula, o Contratante pode concluir as Obras e/ou providenciar para que qualquer outra entidade o faça.

11.3 Avaliação e Pagamento após a Rescisão

- (a) Após a rescisão do Contrato nos termos da Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*], o Representante do Contratante deverá proceder e concordar ou determinar o valor das Obras, Instalações e Documentos do Contratado e quaisquer outras quantias devidas ao Contratado pelo trabalho concluído de acordo com o Contrato.
- (b) A avaliação incluirá quaisquer acréscimos e/ou deduções e o saldo devido (se houver).
- (c) As taxas no Contrato serão usadas como base para avaliação após a rescisão ou, se não for aplicável, o Representante do Contratante fará uma avaliação razoável.

- (d) O Contratante pode reter quaisquer pagamentos devidos ao Contratado até que todos os custos, perdas e danos (se houver) incorridos pelo Contratante tenham sido estabelecidos.
- (e) O Contratante terá direito ao pagamento pelo Contratado de:
 - (i) custos adicionais de execução das obras e todos os outros custos razoavelmente incorridos pelo Contratante;
 - (ii) quaisquer perdas e danos sofridos pelo Contratante na conclusão das Obras;
 - (iii) danos por Atraso se o Contrato for rescindido após o Prazo de Conclusão nos termos da Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*]; e
 - (iv) reembolso de Pagamento Adiantado.

11.4 Rescisão por Conveniência do Contratante

- (a) O Contratante pode, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato por conveniência, a qualquer momento, mediante um Aviso de tal rescisão do Contratado.
- (b) A rescisão nos termos desta Subcláusula 11.4 entrará em vigor vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação pelo Contratado.
- (c) O Contratante devolverá então a Garantia de Execução do Contratado no prazo de vinte e um (21) dias após a entrada em vigor da rescisão.
- (d) A menos e até que o Contratado tenha recebido o pagamento do montante pelo valor do trabalho executado, ajustado por quaisquer montantes a que o Contratante tenha direito nos termos do Contrato, o Contratante não deverá executar (qualquer parte das) Obras ou providenciar (qualquer parte das) Obras a serem executadas por quaisquer outras entidades.

11.5 Avaliação e Pagamento após a Rescisão por Conveniência do Contratante

- (a) Após a rescisão nos termos da Subcláusula 11.4 [*Rescisão por Conveniência do Contratante*], o Contratado deverá, assim que possível, enviar detalhes de suporte detalhados (conforme razoavelmente exigido pelo Representante do Contratante) de:
 - (i) o valor do trabalho realizado, que incluirá os assuntos descritos na Subcláusula 14.5 (b) [*Rescisão Opcional e Pagamento*]; e
 - (ii) o valor de qualquer perda de lucro ou outras perdas e danos sofridos pelo Contratado como resultado desta rescisão.
- (b) O Representante do Contratante deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 14.5 (c) [*Rescisão Opcional e Pagamento*].

12 SUSPENSÃO E RESCISÃO PELO CONTRATADO

12.1 Suspensão

- (a) O Contratado pode, mediante notificação com vinte e um (21) dias de antecedência ao Contratante nos termos desta Subcláusula 12.1, suspender o trabalho (ou reduzir a taxa de trabalho), se o Contratante não:
 - (i) pagar ao Contratado o valor devido no prazo estabelecido no Contrato; e/ou
 - (ii) cumprir as obrigações do Contratante nos termos do Contrato, o que constitui uma violação material nos termos do Contrato.
- (b) A suspensão continuará a menos e até que o Contratante tenha remediado tal inadimplência conforme a Subcláusula 12.1 (a).

12.2 Rescisão pelo Contratado

- (a) O Contratado poderá enviar ao Contratante uma Notificação (referindo-se a esta Subcláusula 12.2 e descrevendo o incumprimento) relativamente à intenção do Contratante de rescindir o Contrato se:
 - (i) o Contratante não corrigiu o incumprimento nos termos da Subcláusula 12.1 [*Suspensão*] no prazo de vinte e um (21) dias após a suspensão das Obras pelo Contratado; e/ou
 - (ii) uma suspensão prolongada (se a suspensão continuar por mais de cento e oitenta (180) dias consecutivos) de parte das Obras afeta a totalidade das Obras, conforme descrito na Subcláusula 6.6 (c) [*Suspensão pelo Contratante*].
- (b) A menos que o Contratante corrija o problema descrito em uma Notificação emitida nos termos da Subcláusula 12.2 (a) dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação, o Contratado poderá rescindir imediatamente o Contrato, emitindo uma segunda Notificação ao Contratante.
- (c) A data de rescisão será então a data em que o Contratante receber esta segunda Notificação.

12.3 Pagamento após rescisão pelo Contratado

- (a) Após a rescisão nos termos da Subcláusula 12.2 [*Rescisão pelo Contratado*], o Contratante deverá pagar imediatamente o Contratado:
 - (i) conforme descrito na Subcláusula 14.5 [*Rescisão Opcional e Pagamento*]; e
 - (ii) sujeito à conformidade do Contratado com a Subcláusula 16.1 [*Aviso de Reivindicação*] o valor de qualquer perda de lucro ou outras perdas e danos sofridos pelo Contratado como resultado desta rescisão.
- (b) O Contratante devolverá imediatamente a Garantia de Execução, ou partes dela, ao Contratado.

13 RISCOS E RESPONSABILIDADES

13.1 Cuidados do Contratado com as Obras

- (a) A menos que o Contrato seja rescindido, o Contratado assumirá total responsabilidade pelo cuidado das Obras, Bens e Documentos do Contratado a partir da Data de Início até a emissão do Certificado de recepção das Obras nos termos da Subcláusula 7.2 [*Certificado de Recepção Provisória*], momento em que a responsabilidade pelo cuidado das Obras (ou qualquer Seção ou parte das Obras, conforme o caso) passará para o Contratante.
- (b) O Contratado continuará a assumir a responsabilidade pelo cuidado de qualquer parte ou Seções das Obras que esteja pendente na Data de Conclusão até que estes trabalhos pendentes tenham sido concluídos.
- (c) Se ocorrer qualquer perda ou danos às Obras, Bens ou Documentos do Contratado, durante o período em que o Contratado for responsável por seus cuidados, por qualquer causa, exceto conforme declarado na Subcláusula 13.2 [*Riscos do Contratante*], o Contratado deverá retificar a perda ou dano por conta e risco do Contratado, de modo que as Obras, Bens e Documentos do Contratado estejam em conformidade com o Contrato.

13.2 Riscos do Contratante

- (a) Os Riscos do Contratante são:
 - (i) qualquer atraso ou interrupção causada por qualquer Variação, exceto quando essa Variação for causada por falha, ato, omissão ou violação do Contratado;
 - (ii) qualquer atraso, impedimento ou prevenção causado por ou atribuível ao Contratante, ao Pessoal do Contratante ou a outras Contratadas do Contratante no Local.
 - (iii) qualquer ato negligente, omissão ou violação pelo Contratante ou seus agentes, funcionários ou outras Contratadas e consultores;
 - (iv) interferência, seja temporária ou permanente, em qualquer direito de passagem, luz, ar, água ou outra serventia (que não seja a resultante do método de construção do Contratado), e que tenha sido acordado com o Contratado ou seja necessário para a execução das Obras de acordo com o Contrato;
 - (v) uso ou ocupação de qualquer parte das Obras Permanentes pelo Contratante, exceto conforme especificado no Contrato antes da emissão do Certificado de Recepção;
 - (vi) falha, erro, defeito ou omissão em qualquer elemento do projeto das Obras fornecidas pelo Contratante; e/ou
 - (vii) Eventos de Força Maior nos termos da Subcláusula 14.1 [*Força Maior*].

13.3 Consequência dos Riscos do Contratante

- (a) Se, e na medida em que, qualquer um dos eventos listados na Subcláusula 13.2 [*Riscos do Contratante*] ocorrer e resultar em perda ou danos às Obras, Materiais, Instalações e Documentos do Contrato, o Contratado deverá notificar imediatamente o Representante do Contratante. Posteriormente, o Contratado deverá retificar qualquer perda e/ou danos na medida instruída pelo Representante do Contratante. Tal instrução será considerada como tendo sido dada de acordo com a Subcláusula 9.1 [*Direito de Variação*].
- (b) Se o Contratado sofrer atraso e/ou incorrer em Custo como resultado da retificação da perda e/ou dano, o Contratado estará sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de reivindicação*] e terá direito a:
 - (i) uma EDP pelo atraso referido, se a conclusão estiver ou for atrasada nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prazo de Extensão*]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação. No caso da Subcláusula 13.2 (a) (i), (ii), (iii), (v) e (vi) [*Riscos do Contratante*], o lucro também deve ser incluído.

13.4 Responsabilidades e Indenizações

- (a) O Contratante e o Contratado serão responsáveis por suas respectivas obrigações nos termos do Contrato e indenizarão a outra parte por danos que possa ter sofrido como resultado dos atos e omissões da Parte infratora. Qualquer reclamação e disputa entre as Partes a este respeito será tratada de acordo com a Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].
- (b) Em defesa do Contratante, o Contratado não deve celebrar qualquer acordo, ou aceitar qualquer tipo de acordo ou outro compromisso, ou liquidação de qualquer reclamação, sem a aprovação prévia por escrito do Contratante.
- (c) Nenhuma das Partes será responsável perante a outra Parte por qualquer perda ou dano indireto ou consequente que possa ser sofrido pela outra Parte em conexão com o Contrato, exceto conforme previsto no Contrato.
- (d) Esta Subcláusula não limitará a responsabilidade em qualquer caso de fraude, negligência grave, inadimplência deliberada ou má conduta imprudente da Parte inadimplente.

14 FORÇA MAIOR

14.1 Força Maior

- (a) Sujeito à Subcláusula 14.1 (b), Força Maior pode incluir, mas não está limitado aos seguintes eventos ou circunstâncias, desde que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas:
- (i) guerra (seja declarada ou não), invasão ou ato de inimigos estrangeiros dentro do País;
 - (ii) rebelião, terrorismo, revolução, insurreição, poder militar ou usurpação de poder, ou guerra civil dentro do País;
 - (iii) munições de guerra, radiação ionizante ou contaminação por radioatividade dentro do País, exceto se forem atribuíveis ao uso pelo Contratado de tais munições, explosivos, radiação ou radioatividade;
 - (iv) epidemia ou pandemia no País declarada pelas autoridades sanitárias;
 - (v) medidas e/ou ações tomadas pelas Autoridades, que impeçam a execução das Obras nos termos do Contrato. Tais medidas e/ou ações não constituem um evento de Força Maior se a ação da Autoridade for devido à falha do Contratado em cumprir as Leis, regulamentos ou procedimentos aplicáveis; ou
 - (vi) terremoto, furacão, tufão, tsunamis, atividade vulcânica, incêndio ou outro desastre natural que esteja fora da faixa normal para aquele local naquela época do ano, mas excluindo quaisquer outras condições climáticas que deveriam razoavelmente ter sido previstas pela Parte que reivindica Força Maior e que não eram excepcionalmente adversas.
- (b) O Contratado reconhece e concorda que, com relação a qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato, o Contratado estará cumprindo tais obrigações em áreas nas quais as Nações Unidas, incluindo o Contratante, estão envolvidas, preparando-se para se envolver ou se desvinculando da manutenção da paz, recuperação humanitária ou de desastres ou operações semelhantes e quaisquer atrasos ou falhas no cumprimento de tais obrigações decorrentes ou relacionadas a condições adversas dentro de tais áreas, não constituirão, por si só, um evento de Força Maior, a menos que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas.

14.2 Aviso de Força Maior

- (a) Se uma Parte estiver ou for impedida de cumprir qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato por, ou devido a, uma Força Maior ("Parte Afetada"), a Parte Afetada deverá notificar a outra Parte do evento ou circunstâncias que constituem a Força Maior e deverá especificar as obrigações, cujo cumprimento está ou será impedido.
- (b) O Aviso deve ser dado assim que possível e no prazo máximo de sete (7) dias após a Parte Afetada tomar conhecimento, ou dever ter tomado conhecimento, agindo de acordo com as Melhores Práticas do Setor, do evento ou circunstância relevante que constitui Força Maior. Caso não seja possível dar tal Notificação estritamente em razão do evento de Força Maior,

a Notificação será dada três (3) dias após a retomada de qualquer meio de fornecimento de Notificação entre as Partes.

- (c) A Parte Afetada deverá, em tendo emitido uma Notificação, ser dispensada do cumprimento de tais obrigações enquanto tal Força Maior a impedir de cumpri-las.
- (d) Não obstante qualquer outra disposição desta Cláusula 14 [*Força Maior*], a Força Maior não se aplicará às obrigações de qualquer uma das Partes de efetuar pagamentos à outra Parte nos termos do Contrato.
- (e) Não obstante qualquer outra disposição desta Cláusula 14 [*Força Maior*], uma Força Maior não isentará nenhuma Parte de uma obrigação que surgiu antes da ocorrência desse evento, incluindo o cuidado das Obras antes da emissão de um Certificado de Recepção.

14.3 Dever de Minimizar o Atraso

- (a) Cada Parte deverá, em todos os momentos, envidar todos os esforços razoáveis para superar os efeitos adversos e minimizar qualquer atraso no cumprimento das obrigações nos termos do Contrato como resultado de um evento ou circunstância de Força Maior.
- (b) Uma Parte Afetada deverá notificar a outra Parte quando deixar de ser afetada pela Força Maior, mas em qualquer caso, no mais tardar em até sete (7) dias após a Parte Afetada deixar de ser afetada pelo evento ou circunstância de Força Maior. A Parte Afetada deverá então, assim que for razoavelmente praticável, reiniciar o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato.

14.4 Consequências de Força Maior

- (a) Se o Contratado for impedido de cumprir qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato por Força Maior da qual uma Notificação tenha sido emitida nos termos da Subcláusula 14.2 [*Aviso de Força Maior*], e as Obras estiverem atrasadas e/ou suspensas em razão de tal Força Maior, o Contratado terá direito sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*] a uma EDP, se o Prazo para Conclusão for ou será atrasado, nos termos da Subcláusula 6.4 [*Prazo de Extensão*].
- (b) Depois de receber a Notificação nos termos da Subcláusula 14.2 [*Aviso de Força Maior*] e sujeito à Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*], o Contratante deverá concordar ou determinar os assuntos contidos em tal Notificação.
- (c) Sem prejuízo dos direitos do Contratado à Subcláusula 13.3 [*Consequências dos Riscos do Contratante*], o Contratado não terá direito ao reembolso de qualquer Custo adicional incorrido e/ou qualquer ajuste correspondente ao Preço do Contrato resultante de Força Maior.
- (d) Para evitar dúvidas, se o Contratado for instruído pelo Representante do Contratante para implementar medidas de mitigação relacionadas com Força Maior, estas serão consideradas como tendo sido dadas sob a Subcláusula 9.1 [*Direito de Variação*].

14.5 Rescisão Opcional e Pagamento

- (a) Se a execução de praticamente a totalidade das Obras em andamento for impedida por um período ininterrupto de oitenta e quatro (84) dias em razão de Força Maior, cuja Notificação foi emitida de acordo com a Subcláusula 14.2 [*Aviso de Força Maior*], ou por vários períodos que totalizam mais de cento e quarenta (140) dias devido à mesma Força Maior, então qualquer uma das Partes poderá emitir à outra Parte um Aviso de Rescisão do Contrato. Nesta hipótese, a rescisão produzirá efeitos quatorze (14) dias após o recebimento da Notificação pela outra Parte. O Contratado deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 14.6 [*Obrigações do Contratado após a Rescisão*].
- (b) Após a data de rescisão, o Contratado deverá, assim que possível, enviar ao Representante do Contratante (com uma cópia para o Contratante) informações de apoio detalhadas que incluirão:
 - (i) o valor das Obras executadas até a data da rescisão e pelas quais o Contratado não foi pago;
 - (ii) os custos reais dos Materiais e Instalações razoavelmente entregues ao Local em conformidade com o Contrato;
 - (iii) quaisquer quantias a que o Contratado tenha direito nos termos da Subcláusula 16.1 [*Notificação de Reivindicação*]; e
 - (iv) o custo razoável e adequadamente incorrido de repatriação e desmobilização.
- (c) O Representante do Contratante procederá então à aprovação ou determinação do saldo líquido devido ao Contratado, ajustado por qualquer montante a que o Contratante tenha direito nos termos do Contrato. O Contratante pagará ao Contratado o montante acordado ou determinado de acordo com a Subcláusula 10.4 [*Certificado de Pagamento Provisório*] emitido pelo Representante do Contratante, sem a necessidade de que o Contratado apresente um orçamento.

14.6 Obrigações do Contratado após a Rescisão

- (a) Após a rescisão do Contrato nos termos da Subcláusula 12.2 [*Rescisão pelo Contratado*], Subcláusula 11.4 [*Rescisão por Conveniência do Contratante*] ou Subcláusula 14.5 [*Rescisão Opcional e Pagamento*], o Contratado deverá prontamente:
 - (i) cessar todo o trabalho adicional (exceto na medida especificada no Aviso de rescisão do Contratante) e tomar as medidas necessárias ou conforme indicado pelo Contratante para a transferência, proteção e preservação da propriedade do Contratante, para proteção de vida ou propriedade ou para a segurança das Obras;
 - (ii) entregar ao Contratante todos os Documentos, Instalações, Materiais e outros trabalhos do Contratado pelos quais o Contratado tenha recebido pagamento; e
 - (iii) remover todos os outros Bens do Local (exceto conforme necessário para a segurança) e quaisquer destroços, lixo e detritos de qualquer tipo e deixar o Local em condições limpas e seguras.

15 SEGURO

15.1 Extensão da cobertura

- (a) O Contratado deverá, na Data de Início ou antes dela, formalizar e posteriormente manter os seguintes seguros válidos e executáveis em nome conjuntos das Partes (na medida do possível), conforme aplicável:
 - (i) Seguro contra todos os riscos de construção: por perdas e danos às Obras, Materiais, Planta, Documentos do Contratado e Equipamentos do Contratado por não menos que o custo total de reintegração, incluindo os custos de demolição, remoção de entulhos e honorários profissionais e lucro;
 - (ii) Seguro de responsabilidade civil: para responsabilidade de ambas as Partes por perda, dano, morte ou lesão a terceiros ou sua propriedade decorrente do desempenho do Contratado das obrigações nos termos do Contrato, incluindo a responsabilidade do Contratado por danos à propriedade do Contratante que não sejam as Obras;
 - (iii) Seguro de indenização dos trabalhadores: contra responsabilidade por reclamações, danos, perdas e despesas sem culpa ou negligência (incluindo honorários e despesas legais) decorrentes da execução das Obras em relação a lesões, doenças, enfermidades ou morte de qualquer Pessoal do Contratado. O Contratante também deve estar coberto pelo seguro, exceto no caso de perdas e reivindicações decorrentes de qualquer ato ou negligência do Contratante ou do Pessoal do Contratante; e
 - (iv) todos os outros seguros exigidos pelas Leis, associações comerciais e órgãos da indústria no País e aqueles identificados no Anexo 3.11 [*Requisitos de Seguro*].
- (b) Se indicado no Anexo 3.11 [*Requisitos de Seguro*], o Contratado também deverá efetuar e manter um seguro de indenização profissional em relação às obrigações do Contratado em relação ao projeto da parte das Obras na medida especificada no Contrato.
- (c) O Contratado também deverá adquirir e manter em todos os momentos quaisquer outros seguros válidos e executáveis que possam ser exigidos por Lei e fazer com que suas Subcontratantes efetuem e mantenham em todos os momentos tais seguros válidos e executáveis.
- (d) Salvo indicação em contrário do Contratante, os seguros do Contratado devem ser colocados junto de seguradoras de boa reputação e com uma classificação financeira não inferior à da Standard & Poor's BBB, Moody's Baa ou A.M. Best BBB+.

15.2 Disposições

- (a) Todos os seguros do Contratado nos termos da Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*] devem estar em conformidade com os requisitos descritos no Anexo 3.11 [*Requisitos de Seguro*].

- (b) O Contratado deverá efetuar e manter todos os seguros com as seguradoras e nos termos aprovados pelo Contratante. O Contratado deverá fornecer ao Contratante evidências de que qualquer apólice de seguro exigida está em vigor e que os prêmios foram pagos.
- (c) Os seguros referidos na Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*] devem:
 - (i) nomear ou indicar firmemente o Contratante como cossegurado;
 - (ii) conter uma cláusula renunciando aos direitos de sub-rogação das seguradoras contra cada parte segurada, seu pessoal e agentes (exceto quando tais direitos forem devidos a um ato viciante); e
 - (iii) prever que o Contratante receba uma notificação por escrito da seguradora pelo menos catorze (14) dias antes de qualquer cancelamento, não renovação ou alteração.
- (d) Todos os pagamentos recebidos das seguradoras relacionados a perdas ou danos às Obras serão mantidos em conjunto pelas Partes e usados para reparar a perda ou danos ou como compensação por perdas ou danos que não devem ser reparados.
- (e) O Contratado será responsável por lidar com quaisquer reivindicações sob os seguros do Contratado. A este respeito, o Contratado deve manter o Contratante plenamente informado e procurar a cooperação do Contratante e dos seus consultores profissionais.
- (f) O Contratado não deverá, sem obter o consentimento prévio por escrito do Contratante e da seguradora (conforme exigido pelo seguro aplicável):
 - (i) fazer qualquer admissão de responsabilidade a um terceiro;
 - (ii) celebrar qualquer negociação para liquidar ou chegar a um acordo sobre uma reivindicação sob um seguro do Contratado;
 - (iii) celebrar um acordo ou comprometer uma reivindicação sobre os seguros do Contratado; ou
 - (iv) iniciar processos de litígio ou arbitragem.
- (g) o Contratado será responsável, de acordo com qualquer uma das apólices de seguro exigidas pela Subcláusula 15.1 (a) [*Extensão da Cobertura*], por qualquer franquia, taxas e outros custos ou falha na recuperação total ou parcial, caso em que o Contratado indenizará o Contratante em relação a tal franquia, taxas e outros custos ou falha na recuperação.
- (h) Se o Contratado deixar de adquirir ou manter em todos os momentos qualquer um dos seguros exigidos pela Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*], ou deixar de fornecer evidências satisfatórias e cópias das apólices de acordo com esta Subcláusula 15.2, o Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, após ter notificado o Contratado por escrito, pagar quaisquer prêmios ou tomar quaisquer outras medidas que possam ser necessárias para adquirir ou manter tal seguro em vigor às custas do Contratado.
- (i) Nem a impossibilidade de cumprimento das disposições de seguro do Contrato nem o seu cumprimento integral deverão limitar ou isentar o Contratado de suas responsabilidades e obrigações nos termos do Contrato. Quaisquer valores não segurados ou não recuperados das

seguradoras serão arcados pelo Contratado e/ou pelo Contratante de acordo com estas obrigações, responsabilidades ou responsabilidades.

- (j) O custo dos seguros do Contratante será considerado como incorporado ao Preço do Contrato.
- (k) As obrigações nesta Cláusula 15 [Seguros] permanecerão válidas após a conclusão, rescisão ou expiração do Contrato.

15.3 Falha na Cobertura

- (a) Se o Contratado deixar de efetuar ou manter em vigor qualquer um dos seguros referidos na Subcláusula 15.1 [*Extensão da Cobertura*], ou deixar de fornecer evidências, apólices ou recibos satisfatórios, o Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir o Contrato imediatamente por meio de Aviso de rescisão de acordo com a Subcláusula 11.2 [*Rescisão por Incumprimento do Contratado*].

16 REIVINDICAÇÃO DO CONTRATADO

16.1 Notificação de reivindicação

- (a) o Contratado deverá notificar o Representante do Contratante assim que possível, por escrito e no prazo máximo de catorze (14) dias (ou dentro de um prazo notificado pelo Contratante) após o Contratado tomar conhecimento de qualquer evento ou circunstância que possa atrasar ou interromper as Obras, ou que possa dar origem a um pedido de pagamento adicional, Custos e/ou outros direitos ou isenção de obrigações decorrentes ou relacionadas com o Contrato. O Contratado deverá tomar todas as medidas razoáveis e necessárias para minimizar e mitigar os efeitos do evento ou circunstância.
- (b) Se o Contratado considerar que tem direito a uma EDP e/ou qualquer pagamento adicional resultante do evento ou circunstância notificada, o Contratado deverá, no mais tardar vinte e oito (28) dias após a Notificação apresentada nos termos da Subcláusula 16.1 (a), enviar ao Representante do Contratante uma Reivindicação completamente detalhada, incluindo:
 - (i) uma descrição detalhada do evento ou circunstância que deu origem à Reivindicação;
 - (ii) a base contratual da Reivindicação, juntamente com todos os registros contemporâneos; e
 - (iii) documentos comprobatórios detalhados e detalhes que descrevem a EDP reivindicado e a natureza e extensão de quaisquer Custos ou pagamento adicional associado a eles.
- (c) Após o recebimento da Reivindicação completamente detalhada do Contratado, o Representante do Contratante avaliará a Reivindicação juntamente com os documentos e registros de suporte e notificará seu acordo ou determinação do direito do Contratado (se houver) nos termos do Contrato para:
 - (i) pagamento adicional; e/ou
 - (ii) uma EDP.
- (d) o Contratado não terá direito a uma EDP ou qualquer pagamento adicional ou Custos se não emitir um Aviso de Reivindicação dentro do período de catorze (14) dias de acordo com a Subcláusula 16.1 (a), caso em que o Contratado será considerado como tendo renunciado ao seu direito de fazer tal Reivindicação, o Contratante será exonerado de qualquer responsabilidade decorrente de ou em conexão com o evento ou circunstâncias que deram origem à Reivindicação, e o Contratado cumprirá suas obrigações de executar as Obras até o Prazo para Conclusão e pelo Preço do Contrato.

17 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

17.1 Direito de Litisconsórcio

- (a) O Contratado e o Contratante concordam em resolver Disputas sob ou em relação ao Contrato de acordo com esta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].
- (b) Eles também concordam que, se o Contratante, após a assinatura deste Contrato, celebrar um contrato subsequente com outra parte relacionada às Obras, a outra parte (como outro consultor ou Contratada de obras) poderá se tornar parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência no contrato subsequente celebrado entre o Contratante e a outra parte. Neste caso, o Contratante informará o Contratado por escrito dessa incorporação por referência.

17.2 Resolução amigável

- (a) No caso de uma Disputa entre as Partes, qualquer uma das Partes poderá fornecer Notificação de tal Disputa ao(s) respectivo(s) representante(s) da(s) outra(s) Parte(s). Essa notificação deve:
 - (i) estabelecer a base legal e contratual da Disputa;
 - (ii) expor os fatos sobre os quais a Disputa se baseia;
 - (iii) ter em anexo cópias da correspondência e qualquer material de apoio relevante;
 - (iv) conter informações detalhadas sobre a quantificação da Disputa; e
 - (v) ser devidamente assinado pelo signatário autorizado da Parte que emite o Aviso.
- (b) Após o recebimento de tal Notificação, a Parte que recebeu a Notificação poderá se juntar a qualquer outra parte que possa ter se tornado parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência nos termos da Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*] com cópia para a Parte que forneceu a Notificação.
- (c) Em seguida, os representantes das Partes tentarão resolver a Disputa amigavelmente. Se o Representante do Contratante e o Representante do Contratado não conseguirem resolver a Disputa amigavelmente dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação, a Disputa será encaminhada por qualquer das Partes aos Representantes Seniores das Partes, a serem designados por escrito pelas Partes naquele momento.
- (d) Se os Representantes Seniores das Partes não conseguirem resolver a Disputa amigavelmente dentro de vinte e oito (28) dias após a referência de uma Disputa, a Disputa será finalmente resolvida, a pedido de qualquer uma das Partes, por meio de arbitragem de acordo com as disposições da Subcláusula 17.3 [*Arbitragem*].

17.3 Arbitragem

- (a) Quaisquer Disputas entre as Partes decorrentes ou relacionadas ao Contrato e aos contratos estabelecidos na Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*] serão finalmente resolvidas, a pedido de qualquer uma das Partes, por meio de arbitragem de acordo com a Comissão das Nações Unidas sobre Regras de Arbitragem de Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) então em vigor (as “Regras Processuais”).
- (b) Qualquer Parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] (diretamente ou nos termos da Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*]) pode, separadamente ou em conjunto com qualquer outra parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*], iniciar um processo de arbitragem contra uma ou várias partes desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*].
- (c) Qualquer Parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] nomeada como Respondente em uma Notificação de Arbitragem pode se juntar a qualquer outra parte que possa ter se tornado parte desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] por incorporação por referência nos termos da Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*] na arbitragem, enviando uma Notificação de Litisconsórcio à outra parte no prazo de trinta (30) dias a partir do recebimento por tal Respondente da Notificação de Arbitragem relevante, juntamente com sua resposta à Notificação de Arbitragem à Parte que solicitou a arbitragem. Neste caso, a(s) parte(s) que recebeu(ram) a Notificação de Litisconsórcio terá(ão) 30 (trinta) dias para responder à Notificação de Arbitragem e à Notificação de Litisconsórcio antes que o processo possa continuar.
- (d) Haverá três (3) árbitros, selecionados de acordo com o procedimento estabelecido nas Subcláusulas 17.3 (e) a 17.3 (g).
- (e) Se a Notificação de Arbitragem nomear apenas um (1) Requerente e um (1) Requerido e nenhuma Parte tiver exercido seu direito de adesão de acordo com a Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*], cada Parte nomeará um (1) Árbitro dentro de catorze (14) dias após o término do período durante o qual as partes podem exercer seu direito de adesão. Os 2 (dois) Árbitros nomearão o terceiro Árbitro, que atuará como presidente.
- (f) Se mais de duas (2) Partes forem nomeadas no Aviso de Arbitragem, ou pelo menos uma (1) Parte exercer seu direito de litisconsórcio, o(s) Requerente(s) deverá(ão) (conjuntamente) nomear um (1) Árbitro e o(s) Requerido(s) deverá(ão) (conjuntamente) nomear o outro Árbitro, ambos dentro de catorze (14) dias após o término do período durante o qual as Partes podem exercer seu direito de litisconsórcio. Se o(s) Requerente(s) e o(s) Requerido(s) nomearem os árbitros conforme previsto, os dois (2) Árbitros nomearão o terceiro Árbitro, que atuará como presidente. Se uma (1) ou ambas as Partes não nomearem um Árbitro conforme previsto, o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem deverá, mediante solicitação de qualquer uma das partes, nomear todos os três (3) Árbitros em seu nome e designar um (1) deles para atuar como presidente.
- (g) Se mais de uma (1) arbitragem for iniciada de acordo com esta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] (diretamente ou de acordo com a Subcláusula 17.1 [*Direito de Litisconsórcio*]) e qualquer Parte argumentar que duas (2) ou mais arbitragens estão substancialmente relacionadas e que as questões devem ser ouvidas em um (1) processo, os árbitros selecionados no primeiro

arquivado de tais arbitragens determinarão se, no interesse da justiça e eficiência, o processo deve ser consolidado perante esses Árbitros.

- (h) A arbitragem será conduzida fora do local, sem qualquer local de arbitragem, e não estará sujeita às leis ou jurisdição de qualquer país. Se uma audiência presencial for realizada, as Partes poderão acordar o local físico onde será realizada ou, na ausência de tal acordo entre as Partes, o tribunal arbitral poderá decidir o local físico da audiência. No entanto, um acordo ou decisão quanto a tal localização física não constituirá um acordo ou decisão quanto ao local de arbitragem e não dará origem à aplicação das leis ou jurisdição de qualquer país, nem deverá ser interpretado como uma renúncia, expressa ou implicitamente, das prerrogativas e imunidades das Nações Unidas, incluindo os seus órgãos subsidiários.
- (i) O idioma da arbitragem será o Inglês.
- (j) As decisões dos Árbitros serão guiadas pelos princípios gerais do direito comercial internacional, conforme codificado no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) em vigor na Data de Vigência do Contrato, conforme a Lei Aplicável ao Contrato.
- (k) Os Árbitros não terão autoridade para conceder danos punitivos. Além disso, o tribunal arbitral não terá autoridade para conceder juros superiores à Taxa de Financiamento Overnight Garantida (SOFR) do Federal Reserve Bank of New York dos Estados Unidos então prevalecente, e tais juros serão apenas juros simples.
- (l) As Partes serão obrigadas por qualquer sentença arbitral proferida como resultado de tal arbitragem como a decisão final de qualquer Disputa.
- (m) Os procedimentos arbitrais e quaisquer informações e documentos relacionados a esses procedimentos serão considerados confidenciais, sujeitos à Subcláusula 1.9 [*Confidencialidade*].

17.4 Resolução de Disputas para Não Atrasar a Execução das Obras

- (a) Apesar de qualquer ativação dos procedimentos de resolução de disputas nos termos desta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*], o Contratado continuará a executar as Obras e suas outras obrigações sob e em conexão com o Contrato.

17.5 Sobrevivência

- (a) Esta Cláusula 17 [*Resolução de Disputas*] sobrevive à conclusão, expiração ou rescisão do Contrato.